

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta tributação sobre permuta de imóveis 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SEGURIDADE SOCIAL

Chefes de Senado e Câmara têm poder de definir vida ou morte de governos 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - TEC
SEGURIDADE SOCIAL

O vazamento de dados do fim do mundo (2) 9

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes aposta em troca no Senado e na Câmara para destravar agenda liberal 10

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Pela transparência em fundos de pensão (2) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência de servidor e militar sente efeito de reforma e déficit recua 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Regime de cidades menores tem alta maior de ativos 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp busca diversificação 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Procuradores, juizes e servidores recebem extras em meio à crise 18

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Economia tenta barrar auxílio fora do teto de gastos 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Eleição na Câmara define agenda até 2023 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jogo de sobrevivência rumo a 2022 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Se BC não subir juros, inflação sairá do controle" 27

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro vê greve de caminhoneiros "fraca" 30

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por apoio, Lira e Baleia divergem sobre reformas 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com "efeito-auxílio", Estados veem alta de até 2 0% no ICMS..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Pandemia vai deixar Brasil com enorme vulnerabilidade fiscal" 34

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caetano, Beth, Paula, Adnet, 342..... 37

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vacina, reformas e regulação: veja o que as empresas querem do comando do Congresso a ser eleito nesta segunda 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mesmo dividida, classe cruzará os braços 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem margem de erro (3)..... 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil fechou central que distribuía vacinas e privatizou serviço em 2018..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O vírus oportunista destrói o hospedeiro (2)..... 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setores cobram reformas da nova cúpula do Congresso..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PGFN tenta liberar ações e cobrar dívida bilionária de empresas em recuperação..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O vírus da desigualdade (2)..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Covid faz custo de frete para China disparar 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Bolsonaro divide, impõe e conquista 54

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Bolsonaro tenta limitar alcance de reforma ministerial e preservar Economia e MDR 56

Carf afasta tributação sobre permuta de imóveis

Beatriz Olivon - De Brasília

O contribuinte conseguiu, com o fim do voto de desempate, reverter a jurisprudência do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** sobre permuta de imóveis. A Câmara Superior, última instância do órgão, decidiu que esse tipo de operação, comum no mercado imobiliário, não deve ser tributada.

Prevaleceu, depois de um empate na 1ª Turma, o entendimento a favor do contribuinte, com base no novo critério de desempate estabelecido pela legislação no ano passado. Os conselheiros entenderam que apartamentos dados em troca de um terreno, por exemplo, não podem compor a receita bruta de uma empresa no lucro presumido - no caso de não haver alguma diferença de valor.

"O próprio conceito de permuta, de existência milenar, exprime um negócio de troca, que na sua própria natureza depreende-se equivalência e neutralidade econômica", diz o conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, representante dos contribuintes, que foi o redator do voto vencedor. O acórdão foi publicado no dia 21.

O caso julgado é da Verticali Construções e Incorporações, que conseguiu reverter derrota sofrida na primeira instância do **Carf**. Na autuação fiscal, a Receita cobrava Imposto de Renda (IRPJ) referente ao período de 2001 a 2003.

A fiscalização alegava, no processo, que constatou sonegação de informações, pelo fato de a empresa ter deixado de escriturar a venda de unidades imobiliárias, e fraudes reiteradas, por meio de contratos particulares ou escrituras públicas de compra e venda de valores inferiores aos realmente praticados (processo nº 11080.001020/2005-94).

A jurisprudência, até então, era favorável à Fazenda Nacional, mesmo com precedente da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) contrário à tributação de permutas (REsp 1733 560). Naquele caso, o relator, ministro Herman Benjamin, apontou a inexistência de comprovação de lucro da empresa.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a decisão inverteu a jurisprudência e que não há muitos processos no **Carf** sobre a

matéria, que diz respeito à aplicação do regime previsto na Instrução Normativa SRF nº 107, de 1988 para as empresas imobiliárias optantes pelo lucro presumido.

De acordo com Thais Veiga Shingai, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, como a permuta presume troca de bens, a **Receita Federal**, inicialmente, com a edição da instrução, previa que não haveria lucro tributável. Porém, com o avanço da prática no mercado, passou a entender que a norma de 1988 não valeria para empresas no lucro presumido - apenas para as do lucro real. "Com base no voto de qualidade, o **Carf** decidia da mesma forma que a Receita", diz.

Com a jurisprudência desfavorável, segundo Bruno Sigaud, do escritório Sigaud Advogados, muitas empresas autuadas optavam por discutir a questão diretamente na esfera judicial, onde há precedentes a favor. "A permuta é uma prática comum que, durante a crise, auxiliou as construtoras a conseguirem terrenos", afirma.

O julgamento sobre permuta de imóveis é apenas um exemplo do que pode ocorrer no **Carf** com o fim do voto de qualidade - o desempate pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda. A PGFN teme que o novo modelo adotado, que dá a vitória automática ao contribuinte, mude jurisprudências importantes da Câmara Superior.

A mudança ocorreu por meio da Lei nº 13.988, de 2020, que alterou o artigo 19-E da Lei nº 10.522, de 2002. A redação dada ao dispositivo, no entanto, acabou dando margem para diferentes interpretações.

O dispositivo libera do voto de qualidade o "processo administrativo de determinação e exigência de crédito tributário". O **Carf**, nos seus julgamentos, tem afirmado que o texto envolveria apenas uma parcela dos processos julgados.

No entendimento do órgão somente os decorrentes de autos de infração - deixando de lado casos processuais, sobre responsabilidade solidária e embargos de declaração. Na Portaria nº 260, de julho de 2020, o Ministério da Economia referenda a posição do tribunal administrativo.

No ano passado, o novo modelo foi pouco utilizado. Um dos motivos seria o fato de não terem sido analisados pelo **Carf** casos de maior valor, que envolvem as principais teses. Levantamento mostra que, em 2020, houve unanimidade em 91,22% dos julgamentos, ante 81,47% em 2019. O voto de qualidade foi aplicado em 1,94% dos casos e o desempate a favor do contribuinte em 0,14%. Em 2019, o voto de qualidade foi adotado em 5,27% dos julgamentos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659

Chefes de Senado e Câmara têm poder de definir vida ou morte de governos

ANÁLISE Bruno Boghossian - Brasília

O empenho de Jair Bolsonaro nas eleições do Congresso nesta segunda (1º) é uma jogada de sobrevivência. Depois de ter usado o enfrentamento como arma política, o presidente mudou os cálculos: quer aliados nas presidências da Câmara e do Senado para construir uma agenda e permanecer no poder.

A história mostra que a relação entre os chefes do Congresso e o Palácio do Planalto pode mudar os rumos de um governo. O poder desses parlamentares determina se a plataforma de um presidente será implantada ou até se ele deve ser derrubado.

Dilma Rousseff (PT) soube que ter um rival no comando da Câmara pode ser fatal. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se protegeu graças à escolha de um nome para esse mesmo posto. E Fernando Collor (PRN) percebeu que até a indiferença dos chefes do Congresso pode ser um problema nas horas de fragilidade.

Todos eles, além de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Michel **Temer** (MDB), também souberam que a fluidez política desses personagens define o tamanho do poder de um presidente da República.

COLLOR E IBSEN (1992)

Um presidente sem força no Congresso pode ter que governar no escuro, principalmente em tempos de crise. Foi o caso de Fernando Collor no caminho para o impeachment.

Na eleição para o comando da Câmara, em 1991, Collor não teve influência. Eleito pelo minúsculo PRN, ele só observou a escolha de Ibsen Pinheiro (MDB).

"O Collor não tinha condições de se intrometer", conta Renan Calheiros (MDB), que foi líder do governo no início do mandato.

A relação era protocolar, e a distância se tornou rivalidade nas semanas que antecederam a abertura do impeachment, em setembro de 1992. O presidente da Câmara frustrou o governo ao definir que aquela votação seria aberta --e não secreta.

"Não houve nenhuma tentativa de demover o Ibsen",

diz Jorge Bornhausen, ministro de Collor.

Num pronunciamento na TV no fim de agosto, Collor atacou o Congresso e disse que os parlamentares não aprovavam os projetos do governo. O presidente da Câmara já concordava com o processo, mas os atritos o tornaram um entusiasta público.

Ibsen montou um palanque na Câmara e recebeu pessoalmente o pedido de impeachment apresentado no dia 1º de setembro. A Câmara aprovou o afastamento, e Collor renunciou antes do fim do processo no Senado.

FHC E ACM (2001)

Um presidente não dorme tranquilo nem quando há partidos aliados na cúpula do Congresso. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tinha uma coalizão larga, mas viveu uma relação terrível com Antônio Carlos Magalhães (PFL), que comandou o Senado (1997-2001).

O vínculo FHC-ACM refletiu o princípio político de que as ligações do poder variam de acordo com interesses de ocasião, como cargos e outras ferramentas de influência.

O PFL fazia parte da coalizão que elegeu o tucano. Quando estava satisfeito, ACM trabalhava a favor: ele foi personagem fundamental, por exemplo, nas articulações do Planalto para impedir a quebra de sigilo bancário do ex-chefe de campanha de FHC, numa investigação tocada pelo Congresso.

ACM também criou problemas para o governo como presidente do Senado. Usou o poder de pautar projetos para retardar a votação de medidas provisórias e acelerar a derrubada de vetos do Planalto. Era também um contumaz fabricante de dossiês que atingiam o governo.

"Antônio Carlos levou a vida inteira chantageando", escreveu FHC sobre o então senador, em seus diários. "Tem uma inveja infinita de mim e gostaria mesmo é de ser presidente."

LULA E ALDO (2005)

A disputa pela presidência da Câmara em setembro de

2005, na esteira do mensalão, é um exemplo acabado de como as escolhas no Congresso podem determinar os rumos de um governo.

"Aquela disputa tinha nível dez de importância", afirma Jaques Wagner (PT), que era o articulador político de Lula. "Havia um movimento para emparedar. Queriam infernizar a vida, fazer CPI, interditar o governo." Naquela época, a oposição aproveitou a crise e deu força a José Thomaz Nonô (PFL) para chefiar a Câmara. Fragilizado, o governo Lula (PT) desarmou candidaturas do partido e apoiou Aldo Rebelo (PC do B).

"A ideia corrente era que a vitória da oposição significaria a abertura do processo de impedimento", diz Aldo. "Havia uma radicalização, era um ambiente tumultuado."

O Planalto temeu perder a disputa e ficar na mão de rivais. Nonô e Aldo empataram em 182 votos no primeiro turno. No segundo, o deputado do PC do B teve uma vitória apertada: 258 a 243.

"Lula se salvou de qualquer tentativa de impeachment porque elegeu o Aldo Rebelo", avalia Jorge Bornhausen, que em 2005 era senador pelo PFL e crítico do então presidente.

DILMA E CUNHA (2015)

O destino de Dilma Rousseff (PT) foi traçado exatamente a partir de uma disputa pela presidência da Câmara. A eleição de 2015 mostrou como as coalizões políticas podem ser volúveis.

No ano anterior, o MDB e o centrão haviam feito parte da chapa que reconduziu a petista ao Planalto. Um mês depois da posse, o governo rivalizava com esse mesmo grupo pelo comando da Câmara.

Eduardo Cunha (PMDB) reuniu o apoio do chamado baixo clero e de caciques de partidos que faziam parte da base de Dilma. Assim, ele derrotou o candidato do governo, Arlindo Chinaglia (PT).

"Aquela disputa foi um erro básico. Deveríamos ter construído uma candidatura alternativa", diz o deputado José Guimarães (PT), que se tornou líder do governo dias depois.

Primeiro, Cunha ativou o que os petistas chamavam de pauta-bomba, projetos de lei que aumentavam os gastos de um governo que tinha cofres vazios. "Ele começou o desgaste com a pauta-bomba, com o impeachment sempre acenando na gaveta", avalia Jaques Wagner, que foi ministro de Dilma.

O presidente da Câmara usou a caneta e autorizou o processo de afastamento da presidente no fim daquele ano. Foi uma retaliação ao PT, que decidiu votar a favor do prosseguimento da cassação do mandato de Cunha no Conselho de Ética da Câmara.

TEMER E MAIA (2017)

Michel Temer (PMDB) viveu uma relação peculiar com a Câmara. Os deputados salvaram seu governo, mas o presidente se enfraqueceu e viveu num parlamentarismo branco, em que o Congresso passou a dar as cartas.

A delação de executivos da JBS jogou tensão na praça dos Três Poderes. Se a Câmara desse aval à denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente por corrupção, o emedebista seria afastado, e o poder cairia nas mãos de Rodrigo Maia (DEM) --chefe da Casa e nome seguinte na linha sucessória.

Maia não era adversário do Planalto, mas os canais entre os dois eram preenchidos de intrigas. Na noite em que a delação foi divulgada, ministros do governo foram à casa do presidente da Câmara para discutir a saída de Temer.

Em momentos delicados, a cúpula do Congresso se torna um polo de atração das disputas de poder. Maia, segundo seus aliados, poderia ter convencido os deputados a afastarem Temer do cargo, mas não se moveu.

"Essa relação tem muito a ver com temperança e personalidade. Nós não enxergávamos [em Maia] uma atitude que pudesse tangenciar a deslealdade", diz Antônio Imbassahy (PSDB), ministro da articulação política de Temer.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49424>

Presidentes da Câmara

Samary (1985-1990)

1985-1987
1987-1989



Ulysses Guimarães (SP) MDB

O "senhor Diretas" tinha sua imagem vinculada à de José Sarney. Com a posse do presidente, em 1985, Ulysses participou ativamente da composição do governo, até mais do que o chefe do Executivo. Em discurso em 2012 em homenagem a Ulysses, Sarney, então presidente do Senado, afirmou: "Era um exímio costurador e alinhavava com extrema perfeição a conspiração da boa causa". A proximidade com Sarney, cujo governo foi marcado pela hiperinflação, acabou prejudicando a campanha de Ulysses à Presidência em 1989. Ele terminou em sétimo lugar, com apenas 4,4% dos votos

Collor (1990-92)

1989-1991



Paes de Andrade (CE) MDB

Durante 1989, assumiu 12 vezes a Presidência da República. Nessas ocasiões, foi alvo de críticas por não seguir determinações de Sarney e quase demitir um ministro interino, Paulo César Ximenes, da Fazenda. Ao voltar para a Câmara, após passagem pelo Executivo, manteve o arquivamento de denúncias contra Sarney apresentadas pela CPI que investigou irregularidades na administração. A decisão havia sido tomada por Inocêncio de Oliveira, seu substituto no comando da Casa

Itamar (1992-95)

1991-1993



Ibsen Pinheiro (RS) MDB

Comandou a Casa durante o processo de impeachment de Fernando Collor

FHC (1995-2003)

1993-1995



Inocêncio de Oliveira (PE) PFL (atual DEM)

Votou a favor da abertura do processo de impeachment contra Collor. Já com Itamar Franco no Executivo, foi defensor do Plano Real, principal medida do presidente

1995-1997



Luís Eduardo Magalhães (BA) PFL (atual DEM)

Próximo de Fernando Henrique Cardoso, atuou para que o PFL apoiasse a candidatura do tucano à Presidência. O partido acabou assumindo a vice, com Marco Maciel. Teve o apoio de FHC na campanha para o comando à Câmara. Morreu em 1998, quando era líder do governo na Casa

1997-1999
1999-2001



Michel Temer (SP) MDB

Sua candidatura ao comando da Casa teve apoio do Planalto, que contava com o MDB para a aprovação da emenda da reeleição —a medida acabou passando. Em 1999, foi reeleito para o posto, sendo o único candidato na corrida. Barrou iniciativa da oposição que pedia abertura de processo de impeachment contra FHC

Lula (2003-11)

2001-2002



Aécio Neves (MG) PSDB

Eleito em primeiro turno, derrotou o candidato do PFL, Inocêncio de Oliveira. Ao assumir o posto, disse que a relação com o Planalto seria "serena e sóbria, mas altiva". "É possível ser presidente da Câmara, filiado ao partido do presidente e dar dignidade a esta Casa"

2002-2003



Efraim de A. Morais (PB) PFL (atual DEM)

Assumiu o posto após Aécio Neves, eleito governador de Minas Gerais, renunciar

2003-2005



João Paulo Cunha (SP) PT

Candidato único, foi eleito com 434 votos. Liderou propostas de reforma lançadas por Lula

2005



João Severino Cavalcanti (PE) PPB (atual PP)

O "rei do baixo clero", como ficou conhecido em 2005, aproveitou-se de um racha na base do PT e venceu a disputa contra o candidato oficial do governo Lula, Luiz Eduardo Greenhalgh. Passou apenas sete meses no cargo. Nesse período, barrou pedidos de abertura de impeachment contra Lula

2005-2007



Aldo Rebelo (SP) PC do B

Antes de ser eleito, foi ministro de Lula. Identificado com os petistas, teve apoio do Planalto na corrida para o cargo

Dilma (2011-16)

2007-2009



Arlindo Chinaglia (SP) PT

A eleição, vencida no segundo turno contra Rebelo, gerou um racha na base aliada do governo Lula. O bloco de apoio de Chinaglia, que contava com partido como MDB e PP, foi alvo de críticas por aliados do presidente

2009-2010



Michel Temer (SP) MDB

A terceira passagem de Temer pela presidência da Câmara gerou preocupação do Planalto logo na eleição. O emedebista venceu Rebelo e Ciro Nogueira (PP-P), de partidos aliados do governo. Na época, José Múcio Monteiro, ministro de Relações Institucionais, admitiu que a disputa deixaria sequelas na base governista

2010-2012



Marco Maia (RS) PT

O petista foi eleito com 375 votos, contra 106 de Sandro Mabel (PR-GO, hoje PL), 16 de Chico Alencar (PSOL-RJ) e apenas 9 do então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). A eleição fez parte de um acordo costurado com o MDB. Maia foi escolhido o candidato oficial do Planalto, e sua vitória significou, portanto, uma vitória do governo

2013-2014



Henrique Eduardo Alves (RN) MDB

O emedebista foi eleito amparado em um acordo entre PT e MDB que havia sido fechado seis anos antes. As siglas haviam acertado os termos de um rodízio no comando nos anos seguintes —embrião da indicação de Temer para a vice de Dilma. O pacto surgiu em meio ao racha da base de Lula na eleição para a presidência da Câmara em 2007. Mesmo assim, Eduardo Alves foi eleito com um discurso incômodo ao Planalto

Dilma (2011-16)

2015-2016



Eduardo Cunha (RJ) PMDB

A vitória em primeiro turno do emedebista marcou uma derrota histórica para o governo Dilma. Considerado um aliado pouco confiável, já que liderou rebelião no Legislativo contra Dilma em 2014, Cunha, cassado e hoje em prisão domiciliar, bateu o petista Arlindo Chinaglia (SP), nome bancado pelo Planalto, por 267 votos contra 136. A previsão se concretizou, e ele rompeu oficialmente com o governo, levando a votação diversos projetos que criaram gastos extras, agravando a crise econômica enfrentada pelo país. No fim de 2015, em retaliação ao PT e ao Planalto, que não asseguraram votos para enterrar seu processo de cassação, o deputado acatou pedido de impeachment contra Dilma, que cairia depois de oito meses

Bolsonaro (2019-)

2016-2021



Rodrigo Maia (RJ) DEM

Reeleito em 2019, o demista era um dos principais defensores da agenda econômica do governo. Maia assumiu o protagonismo de costurar acordos para aprovar a reforma da Previdência. Em julho de 2019, pouco antes de anunciar o resultado da votação da medida em plenário, aprovada com placar elástico, fez uma crítica velada a Bolsonaro, dizendo que os problemas do país seriam resolvidos a partir do Congresso. No ano passado, o deputado foi um dos grandes críticos da condução da crise pelo governo federal. No começo deste ano, subiu o tom, chamando o presidente de covarde e irresponsável. Maia disse ainda que a discussão sobre o impeachment será "inevitável" no futuro

Presidentes do Senado

Sarney (1985-1990)	1985-1987		José Fragelli (MS) MDB Participou das articulações em torno da candidatura de Tancredo Neves, em 1983. Dois anos depois, deu posse ao então vice, José Sarney, diante do quadro de saúde de Tancredo
	1987-1989		Humberto Lucena (PB) MDB Durante a elaboração da Constituição, apresentou emenda que mantinha o presidencialismo. Era a favor de dar prioridade à Constituinte, mas também defendeu que o Congresso seguisse votando legislação ordinária
	1989-1991		Nelson Carneiro (RJ) MDB Presidiu a sessão do Congresso que empossou Fernando Collor
Collor (1990-92)	1991-1993		Mauro Benevides (CE) MDB Presidiu a Casa na época de instalação da CPI voltada a apurar denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor. Rebateu crítica do presidente, que havia classificado a oposição a seu governo como "sindicato do golpe". Votou a favor do afastamento do chefe do Executivo
	1993-1995		Humberto Lucena (PB) MDB Em seu segundo mandato, travou disputa com a Câmara pela direção dos trabalhos de revisão da Constituição. Na época, em entrevista à Folha , disse que "não [ficava] bem para a opinião pública uma disputa dessa natureza (...), porque [dava] a impressão de um conflito de natureza institucional". As duas Casas acabaram chegando a um acordo, e a presidência da comissão ficou com o Senado
Itamar (1992-95)	1995-1997		José Sarney (MA) MDB A segunda passagem de Sarney no comando da Casa foi marcada por atritos com o Executivo, principalmente em torno de medidas provisórias. Para o grupo do senador, o governo FHC vinha abusando do instrumento e desacelerou a tramitação dessas iniciativas
	1997-1999 1999-2001		Antônio Carlos Magalhães (BA) PFL (atual DEM) Ao tomar posse, declarou que iria cooperar o máximo com o governo, "mas isso não significa que o Executivo vai fazer o que quiser aqui dentro". Sua promessa era acelerar as reformas constitucionais, incluindo a emenda que permitiria a reeleição — a medida acabou passando. Também levou a votação medidas de ajuste econômico que interessavam ao governo. Na sua gestão, os senadores aprovaram a lei que criou o contrato temporário de trabalho, por exemplo. Mas também usou o poder de pautar projetos para retardar a votação de medidas provisórias e acelerar a derrubada de vetos do Planalto
FHC (1995-2003)	2001-2001		Jader Barbalho (PA) MDB O maior atrito do emedebista durante seu mandato foi com outro senador, Antônio Carlos Magalhães. ACM se recusou a cumprimentar Barbalho na transmissão do cargo. Os desentendimentos começaram ainda em 1999, na gestão do parlamentar baiano. Na época, a discussão girava em torno da criação de CPIs. ACM era a favor de criar uma para investigar o Judiciário. Já Barbalho era a favor da instalação de uma comissão com foco nos bancos
	2001-2001		Edison Lobão (MA) PFL (atual DEM) Assumiu o cargo interinamente após Barbalho, alvo de acusações de corrupção, se licenciar
	2001-2003		Ramez Tebet (MS) MDB Então ministro da Integração Nacional, teve sua candidatura patrocinada pelo Planalto. A vitória na disputa ocorreu na esteira do conflito entre MDB e PFL, alimentada pela troca de acusações entre ACM e Barbalho
Lula (2003-11)	2003-2005		José Sarney (MA) MDB Atuou para inviabilizar duas CPIs incômodas ao governo. Uma delas visava investigar denúncias de lavagem de dinheiro por meio de bingos e caça-niqueis. A outra tinha como objetivo apurar as supostas relações entre o assassinato do petista Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP) na época, e um esquema de corrupção na administração local
	2005-2007 2007-2007		Renan Calheiros (AL) MDB Eleito com apoio de Lula, atuou em consonância com o Executivo. Ainda assim, disse ser "presidente do Congresso, não líder do governo". Na época da instalação das CPIs dos bingos, dos Correios e do mensalão, defendeu que, "se houver algum culpado, que seja punido". Em 2005, atuou junto à bancada do MDB para conquistar votos para Aldo Rebelo, candidato de Lula para o comando da Câmara. Em 2006, articulou o apoio de seu partido à campanha de reeleição de Lula. Em seu segundo mandato à frente do Senado, foi alvo de diversas denúncias, incluindo o pagamento de despesas pessoais por um lobista ligado à construtora Mendes Júnior. Acabou renunciando ao posto
	2007-2007		Tião Vianna (AC) PT Ocupou o posto interinamente após a saída de Calheiros
Dilma (2011-16)	2007-2009		Garibaldi Alves Filho (RN) MDB Candidato único, foi eleito com 68 votos. Durante seu período à frente da Casa, criticou o "número excessivo" de medidas provisórias encaminhadas pelo Executivo, que tirariam o tempo dos senadores para discutir outros projetos. Mais tarde, foi nomeado por Dilma para o Ministério da Previdência Social
	2009-2011 2011-2013		José Sarney (MA) MDB O emedebista enfrentou diversas acusações durante seu terceiro mandato. Uma delas envolvia a nomeação, por ato secreto, de um de seus netos para o cargo de secretário parlamentar de um senador. Lula saiu em defesa do emedebista, dizendo que Sarney não poderia ser tratado "como se fosse uma pessoa comum". Reeleito para a posição, fortaleceu seu posto de aliado do governo
	2013-2015 2015-2017		Renan Calheiros (AL) MDB Presidiu a Casa durante as jornadas de junho, período em que Legislativo e Executivo sofreram grande pressão das ruas. Reeleito, votou a favor do impeachment de Dilma, após o MDB decidir desembarcar do governo
Bolsonaro (2019-)	2017-2019		Eunício Oliveira (CE) MDB Eleito com apoio do Planalto, pediu "serenidade" na época em que o então presidente Michel Temer foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva no caso JBS. Defendeu, na mesma época, uma pauta própria para o Congresso
	2019-2021		Davi Alcolumbre (AP) DEM A eleição do demista foi uma vitória para o governo. A candidatura de Alcolumbre foi bancada pelo então ministro da Casa Civil, Onys Lorenzoni (DEM). Entre os senadores, é visto tanto como "pacificador" quanto como "office boy de luxo" de Bolsonaro. Conseguiu o apoio do presidente para o seu candidato à sucessão no Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

O vazamento de dados do fim do mundo (2)

Ronaldo Lemos Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Na semana passada foi confirmado que ocorreu no Brasil o maior vazamento de dados pessoais de todos os brasileiros. São mais de 220 milhões de pessoas (vazaram também dados de pessoas que já morreram).

Esse é o vazamento do fim do mundo: depois dele não há muito mais dados estruturais de uma pessoa para vazarem. Qualquer um no Brasil hoje tem de assumir que seus dados estão expostos, incluindo CPI nome, endereço, no medos pais, fotos de rosto, score de crédito, participações societárias, Imposto de Renda, imóveis, números de celular, benefícios do **INSS** e muito mais.

Todos esses dados estão à venda agora na deep web. Qualquer pessoa pode comprá-los, pagando com criptomoedas. Vai ser difícil reverter essa situação. Dados, uma vez vazados, não podem ser "desvazados".

Com isso torna-se possível arquitetar inúmeros golpes e ataques. É possível criar contas de laranjas, filiar pessoas em partidos políticos e times de futebol e realizar ataques direcionados contra celebridades e pessoas públicas, bem como seus familiares e sócios. Se o Brasil já caminhava para se tornar um faroeste, a partir de agora nos tornamos também um faroeste digital.

Quem deu causa a esse vazamento? A responsabilidade imediata ainda não é clara. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que foi criada há pouquíssimo tempo, já pediu ajuda para a Polícia Federal para apurar as responsabilidades.

No entanto há uma condição clara para o que aconteceu: a Lei do Cadastro Positivo. Ou melhor, do cadastro impositivo, porque obrigou todos os brasileiros -sem sequer que eles saibam- a ter seus dados fornecidos e centralizados nas mãos de entidades conhecidas como data brokers, como os birôs de crédito.

Essa lei foi aprovada em abril de 2019. Na época, escrevi um artigo sobre ela que dizia o seguinte: "Essa lei irá criar no Brasil um punhado de poucas empresas que serão detentoras de megabancos de dados centralizados. Esse tipo de concentração irá deixar o consumidor em situação ainda mais vulnerável. A

história dos últimos 20 anos é clara: quanto mais centraliza dos os bancos de dados, mais vulneráveis a ataques, abusos e vazamento eles se tornam." Infelizmente ninguém ouviu o alerta, a Lei do Cadastro Positivo foi aprovada. E, agora, todo esse megabanco de dados está disponível na deep web, acessível a qualquer pessoa, incluindo criminosos e países estrangeiros.

Muita gente gosta de dizer que os "dados são o novo petróleo". Gosto sempre de complementar essa afirmação dizendo que, tal como o petróleo, dados também vazam. E, quando isso acontece, causa danos ambientais de enorme escala, muitas vezes irreversíveis.

Por essa razão navios petroleiros mudaram o seu design nos últimos anos. Antes, carregavam todo o óleo em um único compartimento. Se o casco fosse perfurado, todo o óleo vazava. Hoje, os navios são divididos em múltiplos compartimentos estanques. Se uma parte do casco é rompida, só o óleo daquele compartimento vaza.

O Brasil ignorou esses cuidados elementares. O que o governo irá fazer para reparar isso? Provavelmente nada ou muito pouco. Neste mundo digital, você está exposto, na chuva, sozinho e por sua própria conta.

READER

Já era Fazer "shortselling" no mercado de ações

Já é Fazer "short squeezing" no mercado de ações, organizado em fóruns da internet

Já vem Derrubar e bloquear certas ações das corretoras para impedir que os fóruns da internet mudem seus preços ("stock deplatforming")

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49424&anchor=6427691&pd=185a12bd371f541ac4981215160fb9c3>

Guedes aposta em troca no Senado e na Câmara para destravar agenda liberal



Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta suas fichas na troca dos comandos da Câmara e do Senado para destravar sua agenda liberal (reformas tributária, administrativa e fiscal, além de privatizações, entre outros pontos) no Congresso. O governo trabalha nos bastidores para garantir a eleição dos seus dois candidatos, o deputado Arthur Lira (PP-AL) - chamado pelo presidente Jair Bolsonaro de segundo homem do Executivo -, e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Mas, independente dos candidatos que saírem vitoriosos na eleição marcada para hoje, a equipe econômica, antes mesmo de retomar a pauta anterior de reformas, terá de se equilibrar na divisão de dois tipos de agendas que dominaram a cena nas últimas semanas.

De um lado está a agenda de emergência para o enfrentamento da covid-19, que envolve além da prorrogação do auxílio emergencial (pago a informais, desempregados e beneficiários do Bolsa Família), a pressão para a renovação do BEm (o programa que garante um complemento de renda para os trabalhadores que tiveram salário e jornada

reduzidos), a renegociação do Pronampe (voltado para o crédito de micro e pequenas empresas), um novo Refis (para pagamento de débitos tributários) e demandas setoriais, como a dos bares e restaurantes, que ganharam como padrinho o presidente Jair Bolsonaro, e a dos caminhoneiros para a redução do preço do diesel.

Na outra agenda, a pressão pelo pagamento da fatura dos compromissos assumidos para eleger os dois candidatos do governo, que inclui emendas parlamentares para obras públicas e demandas por mais recursos no Orçamento de 2021, que ainda não foi votado.

De imediato, o ministro terá que reforçar a barreira para evitar a divisão do seu próprio superministério na **reforma ministerial**.

Guedes não aceita essa repartição, mas nos bastidores apoia Lira (cujos aliados defendem a divisão) porque vê na união de Baleia com os partidos de oposição risco para o avanço da agenda liberal no Congresso.

O grupo do Centrão favorável a Lira tem defendido a cisão do ministério da Economia (com a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) desde meados de agosto do ano passado, quando foi lançado o Plano Pró-Brasil, programa que previa ampliação de investimento com recursos públicos, mas que não avançou.

Na época, lideranças do Centrão queriam mais estímulos do governo para a retomada do emprego e crescimento mais rápido, o que incluía mudanças no teto de gastos, a regra constitucional que atrela o avanço das despesas à **inflação**.

Riscos. Essa disputa do time político com o econômico representa um risco que o ministro pode enfrentar mais tarde entre os aliados do governo na agenda econômica de 2021. Um contratempo pode ser no apoio que o ministro espera de Lira para a nova CPMF, o imposto sobre transações para bancar a redução nos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários, chamada de desoneração da folha de pagamento.

O adversário de Lira, o deputado Baleia Rossi (MDB-

SP), em entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, na semana passada, fustigou Guedes. "Recordo que quando o Centrão tentou derrubar ou pelo menos desestabilizar o ministro, quando queriam furar a qualquer custo o teto de gasto, o presidente Rodrigo Maia (da Câmara) e outros líderes o apoiaram na condução da economia", disse Baleia, que não fechou as portas para um diálogo mais tarde com Guedes, se eleito.

"O ministro tem de ter um pacote bem amarrado para os primeiros meses da gestão do novo presidente da Câmara porque depois fica mais difícil e questões políticas se sobrepõem", disse Marcos Mendes, pesquisador do Insper e consultor que acompanha a pauta econômica no Congresso. Mendes lembrou que Guedes tem ainda a batalha do Orçamento e o crédito especial para o cumprimento da chamada regra de ouro, que proíbe que o governo se endivida para pagar gastos de custeio, como salários.

Segundo Mendes, será importante observar se o Centrão vai mostrar afinamento com o governo ou se vai aumentar o custo como fez no Orçamento de 2020. O especialista diz que só vale o ministro insistir na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial se o texto, que prevê redução nas despesas obrigatórias, principalmente com servidores, for mais forte em corte de gastos do que o parecer do senador Marcio Bittar (MDB-AC). Ele sugere ainda foco na **reforma tributária** com empenho para votar a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS/Cofins, que vem perdendo há anos arrecadação por causa da grande judicialização.

Em encontro online com representantes de 34 associações empresariais, o candidato Arthur Lira ouviu pedido para aprovação de projetos para atacar o Custo Brasil. Um dos organizadores do evento, o diretor-geral da Associação Brasileira da Indústria de Cervejas (Cerv Brasil), Paulo Petroni, disse que há uns dez projetos no Congresso com potencial de reduzir em um terço o custo Brasil, se aprovados em 2021. "Tratase de um trabalho contínuo, pois custo não para de crescer.

Precisamos de celeridade para resolver os pontos prioritários", disse Petroni.

PRESSÕES DE TODOS OS LADOS

I Itens da pauta de pressão por renovação das medidas dadas na pandemia Prorrogação do auxílio emergencial por mais alguns meses

Prorrogação do BEm, que complementa a renda dos trabalhadores que tiveram salário e jornada reduzidos, mas com modelo que pode ser alterado

Alongamento do prazo de oito meses de carência para o início do pagamento dos empréstimos feitos pelo Pronampe para micro e pequenas empresas

Nova ampliação do Pronampe para bares e restaurantes

Novo Refis (parcelamento de dívidas tributárias)

Redução do PIS/Cofins para reduzir preço do diesel

I Pauta liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes PEC emergencial reforçada com a desindexação (tirar "amarras") do Orçamento e mudanças no abono salarial e PEC do pacto federativo (com nova distribuição de receitas entre União, Estados e municípios)

Reforma tributária com uma nova CPMF e desoneração da folha de salários

Reforma administrativa e redução de gastos com pessoal

Carteira Verde Amarela (novo programa com custo menor para contratação de informais)

Bolsa Família ampliado, com benefício maior, ampliação do total famílias contempladas e pagamentos extras conforme o desempenho escolar e em esportes

Privatizações da Eletrobrás, Correios e outras empresas

I Medidas de curto prazo que podem ser acionadas com piora da pandemia Antecipação do pagamento do abono salarial (espécie de 14.º salário para quem ganha até dois pisos)

Antecipação do pagamento do 13.º salário de aposentados e pensionistas do **INSS**

Liberação de saques do FGTS

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pela transparência em fundos de pensão (2)

RAFAEL PASCHOARELLI

O investidor tem o direito de obter o máximo de informação sobre as alternativas que estão à sua disposição, particularmente no que diz respeito à composição das carteiras de investimento.

Por outro lado, muitos gestores desejam ocultar suas posições para que os menos talentosos não os imitem ou tentem prejudicá-los no caso de posições ilíquidas.

Embora chegar a um ponto de equilíbrio entre estes legítimos interesses não seja fácil, sou da opinião que a prerrogativa de acesso à informação que o investidor possui deve se sobrepor ao justo direito dos gestores omitirem suas posições.

Creio que este equilíbrio tenha sido satisfatoriamente atingido pela legislação sobre os fundos de investimento.

Mas e as carteiras de investimento dos fundos de pensão (EFPC): elas estão abertas no site do órgão fiscalizador?

Caso o leitor não saiba o que sejam EFPCs, elas são Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**, sem fins lucrativos, acessíveis aos empregados vinculados a alguma empresa, entidade de classes ou associações.

As EFPCs são uma excelente maneira de a pessoa física constituir sua previdência e serve como alternativa aos planos de previdência oferecidos pelas seguradoras. Exemplos de fundos de pensão: Petros, Previ, Valia, OABPrev etc.

Agora, voltemos à pergunta central: As carteiras de investimentos dos fundos de pensão estão disponíveis no site do órgão fiscalizador?

Embora a resposta seja desanimadora, a solução para o problema é simples. Existe um documento eletrônico chamado DI (Demonstrativo de Investimento) com todas as posições de cada plano da EFPC.

A DI é enviada periodicamente para a Previc pelas EFPCs no formato XML. Bastaria que a Previc divulgasse esse documento no seu site. O custo dessa informação é ínfimo perto do benefício que a sociedade terá.

Há alguns anos, tentei obter esses dados valendo-me

da Lei de Acesso à Informação. Meu pedido foi negado sob o fundamento de que se trata de "informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011)".

Suspeito que o argumento usado não proceda. Isso seria o mesmo que admitir que a CVM e o Ministério da Previdência estariam à margem da lei ao divulgar as carteiras dos fundos e das carteiras dos RPPSs, respectivamente.

Divulgar a informação contribui, também, para atingir objetivos e competências do fiscalizador das EFPCs, pois quanto mais pessoas tiverem acesso maior será a fiscalização e alertas para eventuais desenquadramentos.

Pelo bem da indústria de fundos de pensão, fica aqui meu apelo para que as carteiras das EFPCs sejam publicamente acessíveis em site do regulador/fiscalizador, dando mais segurança e transparência aos investidores (que estes dados tenham, no mínimo, o detalhamento das carteiras dos fundos divulgadas na CVM).

DIRETOR DO COMDINHEIRO E COLUNISTA DO E-INVESTIDOR

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Previdência de servidor e militar sente efeito de reforma e déficit recua

Fabio Graner e Edna Simão De Brasília

Após ter superado a marca de R\$ 100 bilhões em 2019, o saldo negativo de aposentadorias e pensões de **servidores públicos** civis e militares (pensionistas e inativos) recuou no ano passado. Os números do Tesouro indicam que a reforma da Previdência já começou a causar impacto, principalmente do lado da arrecadação, fazendo que o que déficit tenha passado de R\$ 104,9 bilhões para R\$ 98,4 bilhões de um ano para o outro, em valores atualizados pelo IPCA.

Na reforma concluída em 2019, ficou definida a cobrança de alíquotas progressivas de contribuição previdenciária dos **servidores públicos**, que podem chegar a até 14%. Com isso, a arrecadação entre os civis cresceu 18,7%, enquanto nos militares o avanço foi mais intenso, 147,2%, embora partindo de uma base bem menor.

Além da maior carga previdenciária, o Tesouro também apontou que pesou na melhora do saldo negativo uma trajetória mais comportada das despesas, que até cresceram, mas com menos vigor devido a medidas como o congelamento de alguns salários - pois algumas aposentadorias estão vinculadas aos vencimentos da ativa.

O especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), concorda que esse recuo no déficit é resultado das mudanças nas regras previdenciárias, mas acredita que esse movimento pode ser transitório, principalmente, no caso dos militares que tiveram uma reestruturação de seus planos de carreira. "Quando você tem a reestruturação da carreira, se tem um aumento da renda e isso vai impactar as contas públicas no momento da "aposentadoria", explica Afonso.

Na direção contrária do que ocorreu com a previdência do setor público, o déficit do **INSS** subiu no ano passado para R\$ 269,8 bilhões, ante R\$ 227,3 bilhões de 2019, considerando valores corrigidos pela **inflação**. Em termos nominais, esse resultado negativo saiu de R\$ 213,179 bilhões para R\$ 259,132 bilhões. Vale lembrar que o regime do setor público atende a um universo muito menor que o regime geral de previdência para os trabalhadores da iniciativa privada.

Nesse caso, o desempenho da arrecadação também foi na contramão. Refletindo mais o aumento no desemprego e a paralisação de empresas ao longo do período mais agudo da pandemia de covid-19, a arrecadação líquida caiu R\$ 23,4 bilhões. Combinado com uma alta de despesas de quase R\$ 20 bilhões, o déficit aumentou. Mesmo assim, o resultado ficou melhor do que o esperado pelo governo, dado que a estimativa de despesas era R\$ 7 bilhões maior do que o que efetivamente ocorreu.

Na avaliação de Afonso, o comportamento do déficit da Previdência em 2021 e nos anos seguintes vai depender do impacto da retomada da atividade econômica nas receitas. Isso porque, o ritmo de expansão das despesas será mais controlado devido às mudanças implementadas com a reforma com a fixação de idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

O economista Arnaldo Lima, ex-secretário no antigo Ministério do Planejamento e diretor da MAG Investimentos, destaca que os números do Tesouro evidenciam duas tendências importantes: melhora na arrecadação da previdência pública com despesa mais controlada e menor receita no regime geral, devido a um movimento de migração de trabalhadores da CLT para regimes como microempreendedor individual, que reduz a base de incidência da contribuição previdenciária.

Nesse contexto, ele destaca que um movimento que vai se intensificar é de **previdência complementar** do setor público. Pela reforma da Previdência, Estados e municípios com regime próprio têm que criar a **previdência complementar** até novembro deste ano. "A implantação da **previdência complementar** ao contribuir para redução futura das despesas de pessoal e dívida pública permite uma maior redução dos juros praticados na economia", diz, ressaltando que isso poderá impactar positivamente os investimentos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

Conta salgada

Mesmo com redução de déficit de servidores públicos e militares, gasto total com previdência pressionou contas públicas (em R\$ bi)

Previdência Servidores Civis



Inativos e pensões militares



INSS



Fonte: Tesouro Nacional

Regime de cidades menores tem alta maior de ativos

Rodrigo Carro Do Rio

Pequenos e médios municípios estão se saindo melhor que as capitais e os Estados quando se trata de amearhar recursos previdenciários. Até 2018 as cidades de menor porte acumulavam R\$ 109,7 bilhões em ativos financeiros em seus regimes próprios de **previdência social**, contra R\$ 41,4 bilhões dos Estados e R\$ 14,3 bilhões das capitais.

A diferença em favor dos pequenos e médios municípios não está relacionada apenas a uma questão quantitativa - excluindo as capitais há outras 5.544 cidades no país. Grande parte dessas prefeituras criou seus regimes de previdência após mudanças-chave na Constituição.

Projeção do economista Raul Velloso, autor do levantamento, aponta um total atualizado próximo de R\$ 200 bilhões em ativos nos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) de Estados e municípios. O montante é 21% superior aos R\$ 165,4 bilhões em ativos contabilizados ao fim de 2018. "Esse volume vem crescendo ano a ano", afirma o especialista em finanças públicas. "A maior parte desses recursos está aplicada em títulos públicos, algo em torno de 90%."

A expansão dos ativos previdenciários tem sido capitaneada pelos municípios de pequeno e médio porte. Entre 2016 e 2018, o crescimento foi de quase 59% para esse grupo específico. No caso das capitais, a evolução do ativos financeiros de seus RPPSs foi de 27,7% no período (de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 14,3 bilhões). Para os Estados, o percentual de expansão ficou em 18,6%.

De maneira geral, a grande maioria dos municípios criou seus regimes previdenciários após a entrada em vigor das emendas constitucionais 20 (de 1998) e 41 (de 2003), explica o economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS).

As mudanças acabaram com a possibilidade de novos **servidores públicos**, contratados a partir do início da vigência das emendas, se aposentarem com o salário integral que tinham na ativa. Também caiu por terra (para os novos funcionários públicos) a paridade. Antes, uma vez aposentados, os servidores tinham o direito de receber os reajustes dados às suas

categorias na ativa nas mesmas datas e com os mesmos percentuais. As alterações abriram oportunidades para a constituição de regimes previdenciários mais equilibrados.

O passivo atuarial nas capitais é alto, esclarece Tafner, porque os sistemas previdenciários delas são geralmente muito mais antigos, anteriores às emendas. E, em muitos casos, há mais inativos do que servidores na ativa.

"Boa parte desse grupo de municípios com regimes previdenciários jovens, por ter logo aderido ao regime capitalizado, registra hoje resultados positivos. Ou seja, nos fundos entra mais dinheiro do que sai, e, assim, não precisa resgatar seus investimentos no curtíssimo prazo", explica Velloso. No regime financeiro de capitalização, o próprio trabalhador, enquanto estiver em atividade, vai produzir o montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário.

Apesar do aumento no volume total de ativos previdenciários, a situação financeira dos regimes próprios de Estados e municípios piorou no computo geral. Os déficits previdenciários estaduais praticamente quadruplicaram entre 2011 e 2018. Subiram de R\$ 25 bilhões para R\$ 89 bilhões. Nas capitais e demais municípios, o resultado financeiro dos regimes gerais passou de um superávit de R\$ 12,6 bilhões para um déficit de R\$ 7,9 bilhões no mesmo período.

Excluindo-se da conta as capitais, o resultado financeiro dos regimes previdenciários próprios dos municípios foi positivo em R\$ 2,19 bilhões em 2018, conforme indica o estudo de Velloso.

"Os municípios possuem uma idade média de servidores mais baixa e esse desafio fica para o longo prazo", diz José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). O economista considera fundamental separar a gestão dos planos de previdência próprios da administração do governo. "Infelizmente, muitos governos locais que formaram fundos financeiros de previdência e acumularam poupança, tiveram ela sacada para cobrir déficit estadual ou municipal", acrescenta.

Diante de um cenário em que a taxa básica de juros (Selic) continua em 2% ao ano, o especialista em finanças públicas sustenta que os municípios terão de buscar alternativas mais rentáveis para investir seus recursos previdenciários, em vez de recorrerem à compra de títulos públicos federais. Do contrário, não terão como arcar com o pagamento de futura pensões e aposentadorias.

"Esses municípios [pequenos e médios] estão bem porque a Selic estava bem alta alguns anos atrás], Agora, o burocrata que administra o fundo de previdência municipal vai ter de trabalhar", conclui Velloso.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

Funpresp busca diversificação

Edna Simão - De Brasília

A Fundação de **Previdência Complementar** do Serviço Público (Funpresp) pretende acelerar a diversificação de sua carteira, iniciada no ano passado, e ampliar seus investimentos em ações, crédito privado e exterior, além de passar a colocar recursos em fundos imobiliários. Para atrair mais participantes, o diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena, ainda negocia com a Previc (Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**) permissão para que os participantes realizarem saques parciais de suas contribuições.

Em entrevista ao Valor, Pena disse que espera uma retomada do crescimento econômico neste ano e projeta uma expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de mais de 3%. O cenário positivo deve ser sustentado pelo início da vacinação contra o coronavírus. "Vai injetar ânimo na economia. No fim, o resultado vai ser positivo para a economia", disse.

Ele lembrou que, um pouco antes da pandemia, o fundo decidiu por uma diversificação maior da carteira, que hoje é de R\$ 3,7 bilhões, tomando mais risco para garantir a rentabilidade buscada de IPCA mais 4% ao ano, diante da queda da taxa básica de juros (Selic) nos últimos anos, que atualmente está em 2%. Pela projeção de Pena, essa carteira deve somar R\$ 5 bilhões no fim de 2021.

De 2019 para 2020, a participação de ações na carteira mais que dobrou, passando de 5,74% para 13,5%, e a ideia é que chegue a 19,20% no fim deste ano. O fundo também quer intensificar as aplicações no mercado externo e no crédito privado. Em 2019, a Funpresp não tinha investimento externo, mas o valor subiu para 3,72% em 2020 e deve chegar a 6% até dezembro.

Os investimentos em crédito privado vão subir significativamente saindo de 0,33% em 2020 para 12,10% em 2021. Neste caso, o fundo fez uma consulta pública, que foi encerrada no dia 28, para contratar gestor especializado e, com isso, ter mais segurança para investir. A ideia é colocar dinheiro em empresas ligadas a atividades econômicas como commodities, tecnologia e saúde. Investimento em concessão seria feito via fundos. Neste ano, a Funpresp quer começar também a direcionar recursos para o mercado de fundos imobiliários.

Toda a mudança no portfólio ocorre em detrimento dos

investimentos em títulos públicos federais que, em 2019, representavam 93,52% da carteira, recuaram para 82,08% em 2020 e devem chegar a 60,66% até o fim ano. "Temos apetite por título público, mas vamos olhar os ativos tentando balancear as carteiras em torno de risco e retorno", explicou o diretor-presidente.

Pena destacou que no ano passado o fundo atingiu a marca de 100 mil participantes. Parte do aumento se deve à abertura de prazo para adesão dos **servidores públicos** federais ao fundo. No início do ano passado, o governo chegou a estudar a quarta reabertura, mas o debate foi paralisado com a pandemia.

Ele destacou que quer tornar o plano de previdência mais atrativo e, para isso, pretende torná-lo mais flexível para permitir saques da cota de participação. A iniciativa, no entanto, depende de aprovação da Previc, o que executivo espera que aconteça nos próximos meses.

O diretor-presidente disse ainda que aguarda a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei (PL) que prevê administração de planos de benefícios estaduais, distritais e municipais pela Funpresp. A reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019, estabeleceu que os Estados e os municípios com regimes próprios de previdência criem regimes complementares até novembro e permitiu que esse serviço seja oferecido por entidades fechadas e abertas de previdência.

Para a Funpresp operar neste mercado precisa da aprovação do PL. No caso da participação de entidades abertas, ainda depende de regulamentação da matéria pelo governo.

A Funpresp completa oito anos no dia 4 de fevereiro e foi criada com objetivo de atenuar o elevado déficit do regime de previdência dos **servidores públicos**, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo. Com a medida, trabalhadores que ingressaram no serviço público a partir de 2013 passaram a ter a aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) - que atualmente é de R\$ 6.433,57 - e, se quiserem receber um valor maior que esse limite, os servidores têm de aderir à Funpresp.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659

Procuradores, juizes e servidores recebem extras em meio à crise

Marcelo Rocha e William Castanho

Procuradores, magistrados e servidores receberam pagamentos extras atrasados em meio à crise da Covid-19. Entidades chegaram a pedir o uso de economias feitas na pandemia para quitar dívidas.

Parte do Orçamento previsto foi poupada com a elite do funcionalismo em home Office em 2020. Órgãos da União gastaram menos com diárias, combustíveis, passagens, estagiários, entre outras despesas.

Nesse cenário, foram cobrados passivos administrativos, que, na prática, são dívidas trabalhistas. Entidades de classe defendem a legalidade da quitação. Os pagamentos são alvo de crítica de economistas.

Servidores pediram, por exemplo, vantagens por ocupar cargo comissionado, licença-prêmio e adicional por tempo de serviço.

Juízes e procuradores, por sua vez, reivindicaram pagamento e mudança do índice de correção monetária da chamada PAE (parcela autônoma de equivalência) por outro mais vantajoso. O passivo surgiu nos anos 1990, quando vencimentos do Judiciário foram equiparados aos do Legislativo.

Magistrados pleitearam ainda recebimento de gratificação por exercício cumulativo de jurisdição. Isso ocorre, por exemplo, ao se atuar em duas varas.

Procurados pela Folha desde terça-feira (26), o CJF (Conselho da Justiça Federal) e o MPU (Ministério Público da União) não responderam. Os órgãos não informaram a economia feita nem o montante pago em passivos administrativos.

De acordo com o Siga Brasil -ferramenta do Senado de acompanhamento do Orçamento -, o MPU, comandado pelo procurador-geral Augusto Aras, pagou ao menos R\$ 15 milhões em correção monetária de PAE em dezembro.

A Justiça Federal quitou ao menos outros R\$ 39,2 milhões de passivos, apontou o painel Apesar de o CJF não fornecer dados, o ministro Humberto Martins, presidente do órgão e do STJ (Superior Tribunal de Justiça), anunciou os pagamentos.

"Dentro do Orçamento estamos quitando toda a dívida da Justiça Federal com os servidores e com os juizes até o dia 31 de dezembro de 2020", disse em 26 de novembro, durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) pagou apenas uma parte dos passivos -R\$ 110 milhões. À Folha o órgão afirmou que a economia feita no ano passado foi de R\$ 538,5 milhões. O passivo administrativo acumulado da Justiça do Trabalho supera o R\$ 1 bilhão.

Parte dos recursos previstos não foi usada. A medida contrariou juizes, que reclamaram ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A pressão por pagamentos, no entanto, partiu de várias frentes. Movimentações se intensificaram em dezembro, quando gastos precisam ser feitos antes de o ano virar.

No dia 14 do mês passado, o Sindjus-DF (sindicato dos servidores do Judiciário e MP da União) enviou ofício a 23 órgãos para pedir pagamento de passivos. Receberam a demanda todos os tribunais superiores e conselhos em Brasília, tribunais regionais e a PGR (Procuradoria-Geral da República).

Segundo o coordenador-geral José Rodrigues da Costa Neto, houve "redução de gastos e consequente economia expressiva aos cofres públicos", enquanto "o poder aquisitivo dos servidores do Judiciário e do MPU foi demasiadamente achatado".

De acordo com o relatório Justiça em Números 2020, servidores da Justiça Federal custam à União, em média, R\$ 22,7 mil por mês. Já funcionários da Justiça do Trabalho demandam R\$ 23 mil.

O sindicalista escreveu que "mostra-se indiscutível a necessidade deste órgão de utilizar de toda a economia realizada durante a pandemia para quitar administrativamente valores devidos aos seus servidores". Procurada, a entidade não respondeu.

Também em dezembro, a auditoria do MPU se manifestou pela troca da TRD (Taxa Referencial Diária) pelo IP-CA- E (índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo-Especial) na correção de PAEs.

A **inflação** tem ganho maior. A TRD é de 0,1159% ao mês. O IPCA-E fechou 2020 em 4,23% ao ano.

No dia 19, Aras acatou o pedido feito por procuradores e trocou o índice. "Determino o recálculo dos valores relativos à PAE pagos em dezembro de 2016 e dezembro de 2017, por serem incontroversos, com respectivo pagamento, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira", escreveu em decisão administrativa.

Os pagamentos foram realizados. A assessoria de imprensa da ANPR (associação dos procuradores da República), uma das entidades que reivindicaram o ajuste, afirmou que o pedido é de 2018.

Na Justiça do Trabalho, os passivos deram início à disputa no CNJ.

No dia 18 de dezembro, a presidente do CSJT e do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministra Maria Cristina Peduzzi, se recusou a pagá-los. A Anamatra (Associação Nacional do Magistrados do Trabalho) tentou reverter a decisão, o que foi negado no dia 28.

"A título de provocação à reflexão, caso não fosse pago nenhum valor de passivo administrativo, quantos auxílios emergenciais que se encontram em vias de extinção, mesmo com a permanência da pandemia, poderiam ser pagos?" questionou Peduzzi.

O auxílio foi criado para ajudar parte da população mais afetada pela crise da Covid-19. Inicialmente, a parcela era de R\$ 600 por mês, mas em dezembro - último mês do benefício- foi de R\$ 300.

"Destaco que os destinatários dos recursos a serem utilizados com o pagamento de passivos são **servidores públicos** em sentido amplo, os quais ao longo do ano de 2020 não tiveram qualquer comprometimento ou redução em seus vencimentos e proventos", acrescentou a ministra.

No ano passado, 9,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada tiveram redução de salário e jornada ou suspensão de contrato. O desemprego está em 14,1%. Juízes titulares recebem R\$ 33,7 mil.

No despacho, Peduzzi escreveu que é necessário o aprimoramento da gestão dos passivos anteriores a 2020. Ela lembrou ainda que a via escolhida para o recebimento foi a administrativa, e não a judicial.

Entidades reagiram em série. A Amatra-15 (associação de magistrados do trabalho de Campinas

e interior de São Paulo) foi ao CNJ, seguida pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e mais quatro entidades.

No dia 30 de dezembro, o conselheiro Mário Guerreiro determinou, por meio de decisão liminar (provisória), o bloqueio de recursos. Para ele, há "aparente conveniência do seu pagamento imediato".

O TRT-8 (Tribunal Regional do Trabalho do Pará) se pronunciou. No dia 5, foi pedida a correção de auxílio-alimentação e PAEs pela **inflação**, em semelhança à reivindicação atendida por Aras no MPU.

A presidente da AMB, Renata Gil, e o vice-presidente de Prerrogativas, Ney Alcântara, defenderam a legalidade dos pagamentos ao CNJ.

Para eles, "além de sugerir que magistrados e servidores são pessoas privilegiadas no tecido social, fazendo comparação igual entre desiguais, com asserções em certo aspecto mais políticas do que técnicas, talvez olvidou [a ministra] que a jurisdição social exercida pela Justiça do Trabalho emprega esforços diuturnos para a mitigação das injustiças sociais".

Procuradas pela Folha, AMB e Amatra-15 não quiseram se pronunciar. O caso segue em análise.

A economista e advogada Elena Landau disse considerar a via judicial a mais adequada para esse tipo demanda. "Direito é direito. Por isso sou a favor do Judiciário, e não de decisão administrativa, ainda que haja uma tendência corporativista."

Landau, porém, rechaçou a proposta de se usar economias feitas na pandemia. "Esse dinheiro tinha de ser moralmente intocável."

"Depois há reações contra o Judiciário e não entendem o porquê. Pedem para furar fila da vacina, não querem entrar na reforma administrativa, querem pegar dinheiro que foi poupado no home Office."

Para Marcos Mendes, pesquisador associado do Inspere colunista da Folha, os servidores deveriam contribuir mais. "Colocando no contexto da solidariedade social, vemos que [o uso de sobras] é uma ação na direção contrária."

Ele lembrou que hoje há pressão pela volta do auxílio emergencial, o que pode aumentar ainda mais a dívida pública. Mendes defendeu a redução de remuneração de servidores para se pagar parte da conta.

"O principal grupo que não foi afetado é o servidor público, que não perdeu emprego, tem estabilidade,

não teve redução de salário. Querer ganhos agora é realmente uma atitude no mínimo provocativa."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49424&anchor=6427691&pd=185a12bd371f541ac4981215160fb9c3>

Custos do Judiciário e do MP no Brasil para a União

Justiça Federal

Em R\$ bi



Justiça do Trabalho

Em R\$ bi



Recursos humanos*



O Ministério Público da União

O MPU engloba o MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), MPM (Ministério Público Militar) e MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

Gastos

Em R\$ bi



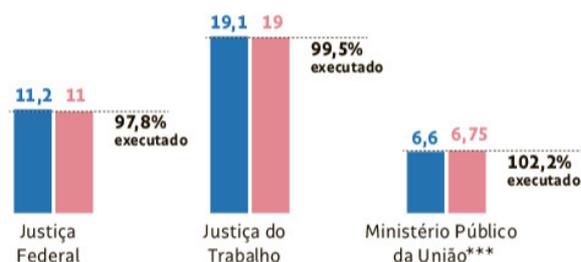
Recursos humanos*



Judiciário e MPU sob o teto de gastos em 2020

O teto limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior

■ Gasto permitido, em R\$ bi ■ Gasto acumulado, em R\$ bi



*Dados mais recentes, em 2019 **Custo médio mensal dos tribunais com magistrados e servidores, incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais ***Por decisão do TCU (Tribunal de Contas da União), foi permitido um excesso de despesas pelo MPU em 2020 Fontes: Justiça em Números 2019 e 2020/CNJ; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério Público da União 2019 e 2020; MP: um retrato 2020/CNMP; Tesouro Nacional

Economia tenta barrar auxílio fora do teto de gastos



Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A pressão sobre a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, hoje é quase um déjà-vu do que ocorreu no início da pandemia. A diferença, segundo assessores de Guedes, é que agora não há espaço para abrir mais gastos fora do teto, a regra que impede que as despesas cresçam mais que a inflação.

Às vésperas das eleições no Senado e na Câmara, o ministro tenta segurar ao máximo uma nova rodada do auxílio, mas a hipótese não está descartada com o agravamento da crise da covid-19. Como antecipou o Estadão, Guedes tenta atrelar a retomada do benefício pago a desempregados, informais e participantes do Bolsa Família a medidas mais duras de ajustes fiscal, como retirar a obrigatoriedade de dar reajustes em alguns gastos, como aposentadoria, usando a chamada desindexação do Orçamento.

O ministro buscou também apoio do presidente Jair Bolsonaro para as privatizações, depois que a fala do senador Rodrigo Pacheco contrária à venda da Eletrobrás provocou a saída do presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior. Em reunião com investidores ao lado de Guedes e, em entrevista no sábado, o presidente defendeu a venda da Eletrobrás, dos Correios e o avanço das reformas.

Na Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato do Planalto, já disse que, se eleito, entrega a aprovação da reforma administrativa, que reestrutura o

RH do Estado. No entanto, segundo ele, para ter aval dos deputados, o texto - que prevê mudanças na forma como os servidores públicos são contratados, promovidos e demitidos - deve ser modificado.

Lira também já sinalizou que deve trocar o relator da reforma tributária, atualmente na mão do colega de partido, o PP, o deputado Aguinaldo Ribeiro, aliado do atual presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ). Um dos cotados é o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que foi o presidente da comissão especial de reforma da Previdência na Câmara.

Até outra proposta de reforma tributária, a PEC 128, do deputado Luiz Miranda (DEMDF), passou a receber atenção.

Isso porque o nome de Miranda foi sugerido por parlamentares do Distrito Federal para substituir Aguinaldo Ribeiro.

A costura para esses posicionamentos de Bolsonaro foi feita por Guedes, mas há dúvidas se a sinalização do presidente é para valer. Para seguir com a agenda anterior à pandemia, integrantes da equipe de Guedes e do Banco Central têm reforçado que o real é hoje uma das moedas mais voláteis e a que mais se desvalorizou, uma evidência de que o Brasil precisa da credibilidade. O Congresso com os novos presidentes terá que lidar com esses desafios para reverter a trajetória de alta de gastos, afirmam.

Argumentos. Um dos pontos levantados pela área econômica é o de que a injeção de dinheiro na economia com o auxílio foi maior do que a queda da massa salarial e ainda existe um estoque de poupança relevante.

O diagnóstico da equipe de Guedes é de que os problemas foram endereçados de forma rápida e, por isso, a "solução vai vir por si só", com a queda do dólar e o aumento da confiança para novos investimentos. O câmbio é uma variável hoje de atenção.

Se o Congresso começar os trabalhos com foco, avaliam os assessores, o Brasil poderá estar numa situação muito melhor daqui a três meses.

Paralelamente, a equipe tem um plano de medidas de curto prazo como antecipação do abono salarial, do

13.º salário e liberação do FGTS. Essa última medida é mais difícil de ser empreendida por causa do grande volume liberado no passado e resistências do setor da construção civil, já que as retiradas do fundo diminuem o dinheiro disponível para o financiamento à casa própria. Com a piora da pandemia, muitos trabalhadores contam com essa rodada de medidas para desafogar a falta de dinheiro.

Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, José Carlos Martins, o saque constante do FGTS prejudica os trabalhadores e também a economia. Segundo ele, o FGTS não foi criado para complementar renda e ir para consumo. "O FGTS foi destinado para gerar empregos através do investimento. Isto ele tem feito muito bem. Os empregos gerados são contínuos, duradouros e se distribuem pela economia", criticou.

Martins relaciona os R\$ 12 bilhões que não foram sacados em recentes liberações demonstra que muitos não querem retirar o dinheiro porque não teriam hoje rentabilidade melhor que o FGTS. "Se sacar, irá fazer investimento muito menos rentável", ponderou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Eleição na Câmara define agenda até 2023

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

A eleição de hoje para a presidência da Câmara dos Deputados decidirá a agenda da Casa pelos próximos dois anos. Os dois principais candidatos, Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), deixaram clara na campanha a divergência sobre a ordem das reformas, numa decisão que leva em conta suas bases de apoio.

Candidato do governo Bolsonaro, Lira tem defendido que a reforma administrativa, com mudanças nas regras de contratação dos **servidores públicos**, deve vir em primeiro lugar e promete vota-la ainda no primeiro trimestre - prazo improvável levando em conta as reformas anteriores e que a proposta de emenda constitucional (PEC) nem começou a ser debatida.

Já Baleia Rossi (MDB-SP) afirma que a prioridade é a **reforma tributária**. A PEC que modifica os **impostos** sobre bens e serviços é de sua autoria e relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), seu aliado, que tem debatido o assunto há um ano e meio. Para o emedebista, essa reforma está mais madura e deve entrar em votação esse trimestre.

Aliados de Lira dizem que é de "90%" a chance de ele tirar Aguinaldo Ribeiro da relatoria da **reforma tributária** e reiniciar os debates, dando mais espaço para as ideias do governo, em detrimento da PEC 45, que está muito ligada ao atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A substituição já foi até pedida por deputados do Distrito Federal, que sugeriram Luís Miranda (DEM-DF) como novo relator.

Lira não deu resposta no dia em que ocorreu a sugestão e, ao Valor, negou que retirará da função o deputado Aguinaldo - único no PP que apoia a candidatura do seu adversário. "É mentira. Estão espalhando essa mentiras por aí", disse o líder do PP, que passou a campanha criticando Aguinaldo por não ter apresentado um relatório mesmo após mais de um ano de debates.

A Câmara também deve tratar num segundo momento da PEC Emergencial, que promove cortes no Orçamento quando houver risco de descumprimento das regras fiscais - como já está ocorrendo em 2021. A proposta ainda precisa ser aprovada pelo Senado, mas dela depende um programa assistencial mais robusto este ano para substituir o auxílio emergencial em função da pandemia da covid-19.

Sobre isso, Baleia fez questão de enfatizar no fim de

semana que, se for eleito para o cargo, colocará o tema da renovação do auxílio emergencial em discussão "imediatamente". A fala foi feita após reunião com parlamentares do partido Cidadania e PSB. "Não é possível que com a pandemia não tenhamos sensibilidade por parte do governo federal para a gente acolher milhões de brasileiros que voltaram a passar fome e ter dificuldade", argumentou.

Além das reformas macroeconômicas, há ainda uma extensa lista de projetos à espera de negociação e votação, como a autonomia do Banco Central, a privatização da Eletrobras (que enfrenta resistências no Senado) e normas para o Banco Central socorrer instituições financeiras. Caberá ao novo presidente decidir se os projetos passarão por comissões, vão direto ao plenário ou ficarão engavetados.

A grande diferença de agenda, porém, deve ser na área dos costumes. Maia deixou paralisados os debates sobre a PEC do voto impresso, a autorização para o ensino doméstico e o Escola sem Partido, sinalizou contrariamente à proposta de mineração em terras indígenas e travou junto com os líderes partidários parte dos projetos para ampliar o porte de arma da população.

Lira prometeu a Bolsonaro e a bancada do PSL colocar em debate todos os projetos, dizendo que sob sua gestão não haverá pauta vetada, mas não se comprometeu a pauta-los. Para que entrem em votação, disse, será necessário o apoio da maioria dos partidos e que os relatores consigam votos suficientes para aprovação. Baleia, por sua vez, tem criticado esses projetos e a oposição espera dele uma postura parecida com a de seu padrinho, Rodrigo Maia.

Sítio:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

Jogo de sobrevivência rumo a 2022

DENISE ROTHENBURG

Há dois anos, quando Davi Alcolumbre concorreu à Presidência do Senado, um almoço que reuniu políticos tinha a maioria das apostas voltadas a Renan Calheiros (MDB-AL). Apenas um integrante do DEM saiu-se com esta: "Não subestimem o gordinho. Ele é um ás na articulação política e vai para cima de Renan com tudo". Alcolumbre venceu, mas o que não se esperava, agora, é que conseguisse ter um candidato do DEM para sucedê-lo na condição de favorito. A posição de Alcolumbre, que jogou para ser candidato à reeleição, mas foi barrado pelo Supremo, é hoje muito mais confortável do que a de Rodrigo Maia, que em 2019 era o senhor da situação. Agora, depois de quatro anos e meio no comando da Câmara, Maia tem um caminho árduo para tentar fazer do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) seu sucessor e rebater o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que, enquanto presidente da Câmara, foi responsável pelo país não aprovar as reformas. Ambos jogam hoje pela sobrevivência dentro do DEM e em busca de alguma tábua de salvação rumo a 2022. E, em termos de partido, Alcolumbre se sai muito melhor nesse momento. Em dois anos, o senador cresceu, do ponto de vista político, e chega ao final do mandato de presidente do Senado com um leque aberto, apesar da derrota do irmão para prefeito de Macapá e das traições que o próprio Alcolumbre cometeu agora, em especial, contra a senadora Simone Tebet, que o apoiou em 2019. Em seu partido, porém, Alcolumbre ficou muito bem. O "gordinho" foi crucial para quebrar a unidade do MDB. E, nesse sentido, fez o que um político raramente faz: acenou aos emedebistas com a possibilidade de fazer força para que o senador Márcio Bittar (MDB-AC) vire ministro do governo Bolsonaro, de quem Alcolumbre se manteve próximo durante todo o período na Presidência do Senado. Com o MDB rachado, ficou mais fácil aglutinar um número grande de partidos em torno de Rodrigo Pacheco, senador por Minas Gerais, que está há apenas dois anos na Casa. Agora, daqui por diante, vai jogar para ser candidato a governador em 2022. Do outro lado do Parlamento, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não desfruta dessa situação. Tinha um leque de candidatos à sua sucessão, com preferência por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Jogou durante quase todo o ano de 2020 sem fechar apoio a nenhum deles, Baleia Rossi (MDB-SP), Elmar Nascimento (DEM-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP). Com tantos postulantes, caso o STF dissesse que ele poderia ser candidato, Rodrigo teria tanto a condição de abrir mão, indicando um deles, ou surgir como aquele único nome capaz de

unir a turma. Como a decisão do STF não o favoreceu, perdeu o timing e teve que optar por Rossi, aquele que tinha a certeza de reunir mais partidos e votos. A soma dos votos em política, porém, nunca é exata. Marcos Pereira pulou do barco de Maia tão logo Baleia foi escolhido. Elmar Nascimento idem, inconformado com a escolha do emedebista. "Eu internado com covid e Rodrigo trabalhando outra candidatura", reclamou certa vez, em conversa com o Correio.

Movidos pelo ódio ao presidente da Câmara e a busca de um lugar ao sol ao lado do governo rumo a 2022, deputados do DEM há tempos articulavam a saída do partido do bloco de Bal para se alinhar de vez ao governo Bolsonaro e desmoralizar Maia. O presidente da legenda, ACM Neto, porém, não quer a saída do "gordinho" do partido. O presidente da Câmara representou medidas rumo ao ajuste fiscal, tais como o teto de gastos e a reforma da Previdência. Tentou levar adiante a **reforma tributária**, mas o governo apostou em outras propostas de emenda constitucional, como a PEC Emergencial, apresentada pelos líderes do governo no Senado, para evitar que tramitassem primeiro na Câmara. Por ser do Rio de Janeiro, Maia foi cada vez mais visto como um adversário pelo presidente Jair Bolsonaro, em especial, depois que passou a barrar a pauta de costumes defendida pelo governo. O distanciamento entre eles se consolidou em abril, quando Bolsonaro não gostou do fato de o Congresso aprovar R\$ 80 bilhões de socorro aos estados, e, em entrevista à CNN, acusou Maia de "assumir o papel do Executivo". O mesmo Bolsonaro que, em abril, acusava Maia de comprometer as contas públicas com a aprovação da ajuda aos estados, agora começa a acusar o presidente da Câmara pela não aprovação das reformas. O governo tenta, assim, transformar Maia em inimigo público número um e jogar no colo dele as mazelas do país.

O presidente da Câmara ainda não definiu seu projeto de vida pós-presidência da casa. Não sabe sequer se será candidato em 2022, uma vez que tem vários convites do mercado. Um projeto, porém, Rodrigo não abandonou: tentar construir uma alternativa viável, de centro, para enfrentar Bolsonaro no ano que vem. É por aí que ele vai trabalhar. O jogo de 2022 começa depois da eleição à sua sucessão.

Disputa de votos

Os dois principais candidatos à Presidência da Câmara passaram o domingo tentando garantir os

votos dos colegas. A votação para a escolha do presidente da Casa para os próximos dois anos está marcada para hoje e deve começar às 19h. Apontado como favorito, o deputado Arthur Lira (PP-AL), apoiado pelo Palácio do Planalto, participou à tarde de um churrasco organizado pelo PL em uma casa do Lago Sul. Já Baleia Rossi (MDB-SP), passou o dia em telefonemas a parlamentares e, à noite, compareceu a um jantar com a bancada feminina na Câmara.

"Se BC não subir juros, inflação sairá do controle"

ROSANA HESSEL VICENTE NUNES

Entrevista: Tony Volpon ex-diretor do Banco Central

O economista Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e atual estrategista-chefe da Wealth High Governance (WHG), voltou aos Estados Unidos e está olhando o Brasil com outros olhos. Ele acredita que a economia brasileira conseguirá crescer bem neste ano, apesar dos tropeços do governo no processo de vacinação e do fato de os casos e as mortes pela covid-19 continuarem em níveis assustadores. Para ele, a retomada da economia, inclusive, vai ajudar a pavimentar a reeleição do presidente Jair Bolsonaro em 2022. Mas, para que isso ocorra, o governo deverá, primeiro, passar a defender o processo de imunização. "Bolsonaro precisa apoiar o processo de vacinação. Se ele, ou qualquer outro gestor público, não fizer isso, estará praticando suicídio político. Portanto, o governo tem que avaliar bem. Sem vacinação, não tem retomada da economia", afirma o economista, que foi um dos primeiros a prever a recessão de 2015 e 2016. Volpon aposta que há chances de o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro avançar 4% ou 4,5% neste ano, apesar de uma queda inevitável no primeiro trimestre. Contudo, para que esse processo de retomada se consolide, o governo não poderá abandonar a agenda de reformas estruturantes que ajudariam no ajuste fiscal, que ficou de lado durante a pandemia e pouco avançou desde a reforma da Previdência. Nesse contexto, a **reforma tributária** é a mais urgente. "Dada a gravidade das crises sanitária, econômica e social, precisamos de uma ponte entre o Orçamento de guerra e um Orçamento que obedeça à regra do teto de gastos", afirma. No entender do economista, o Banco Central já deveria ter iniciado o aumento na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 2% ao ano, menor patamar da história, o que torna o juro real negativo, espantando investidores e pressionando o dólar. "A política monetária precisa ser ajustada, e a incerteza fiscal é o ponto chave. O problema fiscal do Brasil é estrutural - ou endêmico - e sempre existiu. Com a covid-19, virou pandêmico", destaca. A seguir os principais trechos da entrevista:

Qual a sua avaliação das condições do Brasil nesse momento de muita incerteza na economia e na questão da vacinação, com a confiança de

consumidores e de empresários em baixa?

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, têm afirmado que a vacinação é vital para a retomada do crescimento. O mundo inteiro está em uma situação similar, porque o choque da pandemia atingiu a todos. Além de toda a dinâmica que a gente tem visto nas oscilações da atividade e da **inflação**, as perspectivas, agora, do que será o ano são uma função desse milagroso feito da ciência humana, que foi ter criado vacinas com uma boa taxa de eficácia em meses, algo que, no passado, não era possível. As previsões pessimistas diminuíram, apesar de o Brasil estar atrasado nesse processo. A economia global vai crescer neste ano, e o país, também, ainda que menos, como apontam as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil vai conseguir sair dessa crise? Como?

Sim, mas é preciso que o governo faça o mínimo necessário. Será preciso ordenar a questão fiscal. O governo poderia ter gastado menos no ano passado com o Orçamento de guerra, como também deveria ter tido um melhor planejamento e ter dado continuidade às reformas. O Brasil já fez uma reforma da Previdência que alivia um dos principais gastos públicos, mas que precisará de ajustes por questões demográficas. De outro lado, o governo não fez a reforma administrativa (PEC 32/2020), que seria a continuidade dessa agenda de ajustes no segundo ano de mandato. Discussões maduras sobre o tema precisam ser feitas o quanto antes, mas, ao que tudo indica, a aprovação da PEC 32 só deverá ocorrer no próximo governo. Outras propostas também ficaram travadas, como a do Pacto Federativo e a da PEC Emergencial, que tratam de congelamento de despesas.

Como destravar esta pauta e resolver a questão fiscal?

A questão fiscal é um problema para a economia, porque a pandemia não acabou em 31 de dezembro de 2020, assim como o Orçamento de guerra. Eu fui um crítico da imposição de um prazo ligado ao calendário, que tinha como objetivo tranquilizar o mercado sobre o risco fiscal em 2021. Dada à gravidade das crises sanitária, econômica e social,

precisamos de uma ponte entre o Orçamento de guerra e um Orçamento que obedeça à regra do teto de gastos. Uma questão importante, mas para outro momento, é tratar o fato de que o teto de gastos, na versão atual, não é sustentável, porque o governo não conseguiu executar as reformas que subscrevem este limite. O ideal, agora, na falta de reformas que mudam o regime de gastos de forma permanente, é aprovar a PEC do Pacto Federativo e a PEC Emergencial para ter alguma racionalidade fiscal até a próxima eleição.

O senhor está otimista com a retomada econômica diante desse cenário?

A economia deve encolher no primeiro trimestre, porém, com o progresso na vacinação, será possível avançar no segundo semestre, acompanhando os bons fluídos globais. É viável que o país cresça entre 4% e 4,5% neste ano. A oferta de vacina é pequena agora, mas acredito que haverá imunização em escala crescente adiante. Mas o que vemos é um aumento grande no número de contágios e de mortes pela covid-19 no país e no mundo, com novas cepas do coronavírus. E a logística do Brasil não tem ajudado muito nesse processo. A bolha dos casos de contágio, agora, é reflexo das festas de fim de ano. Como não haverá carnaval, vamos ver o comportamento das pessoas nesse feriado. Se houver uma queda nos casos e nas mortes por covid-19 pelo menor contágio e algum efeito da vacinação, é possível que a retomada econômica comece a ser mais forte no segundo trimestre. Vamos considerar também que o Brasil tem o SUS, algo que os outros países não têm e que não pode ser menosprezado. O SUS tem a experiência de vacinar milhões de pessoas e precisa ser bem utilizado.

O senhor vê chances de impeachment de Bolsonaro?

As projeções de recuperação da economia global e brasileira são boas e não vejo fundamentos para o impeachment. O cenário econômico de hoje não é parecido com o de 2014 e 2015, que antecederam ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Não vejo crise econômica e financeira, e acho que ele vai tentar se reeleger, apesar do momento ruim pelo qual passamos.

Quer dizer que a economia poderá ajudar na reeleição de Bolsonaro em 2022?

Sim. A economia vai melhorar, e isso poderá ser favorável para o presidente Jair Bolsonaro em 2022, desde que ele faça o mínimo necessário para que o país volte aos trilhos. Isso passa por um ajuste fiscal mínimo e pelo sucesso da vacinação. Bolsonaro precisa apoiar o processo de imunização. Se ele, ou qualquer outro gestor público, não fizer isso, estará

praticando suicídio político. Sem vacinação, não tem retomada da economia. E, com a economia fraca e desorganizada, qualquer governo perde força. Foi o que ocorreu no caso da Dilma e do Fernando Collor.

E a **reforma tributária**, que é e uma demanda para a retomada do crescimento do setor produtivo?

O governo vai conseguir avançar nessa agenda apesar de não apoiar o que está no Congresso? Vamos ter a volta da CPMF?

Enquanto estiveram nas presidências da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre apoiaram as reformas. Agora, é preciso que a **reforma tributária** seja trabalhada o quanto antes neste ano. O ministro Paulo Guedes não gostou das propostas do Legislativo (a PEC 45, da Câmara, e a PEC 110, do Senado). Eu concordo com o ministro que é preciso uma desoneração da folha. Se for necessário um novo imposto, ou CPMF, como Guedes pretende, ele precisa detalhar melhor a proposta logo depois das eleições das presidências do Congresso.

Como o senhor avalia a perspectiva de Bolsonaro conseguir eleger os presidentes da Câmara e do Senado? É possível que Congresso mantenha a postura reformista ou prevalecerá a agenda de costumes, ideológica?

O Congresso Nacional tem se mostrado favorável às reformas. Porém, o prazo é curto para que isso ocorra, porque, no ano que vem, a maior preocupação dos parlamentares será com as eleições presidenciais. Por isso, definidas as eleições no Congresso, espero que Guedes tenha uma estratégia para ser apresentada no início de fevereiro. Foi um erro não ter avançado nessas agendas em 2020, porque nada foi feito para ajudar a conter os gastos, como a reforma administrativa, a PEC Emergencial e o Pacto Federativo. Se essas propostas tivessem avançado, a questão fiscal estaria muito melhor agora, e o mercado aceitaria uma extensão do auxílio emergencial. O dólar alto e a queda à metade na entrada de investimentos estrangeiros diretos no país em 2020 são reflexos da falta de confiança com o fiscal, e ainda temos a **inflação** voltando mais forte.

Como ser otimista com a retomada econômica?

A política monetária precisa ser ajustada, e a incerteza fiscal é o ponto chave. O problema fiscal do Brasil é estrutural - ou endêmico - e sempre existiu. Com a covid-19, virou pandêmico. O Banco Central já deveria ter iniciado o aumento da taxa Selic, não há mais justificativa para estar praticando juros reais negativos (menores que a **inflação**). Existe uma pressão inflacionária crescente, que está se disseminando.

Temos uma taxa de câmbio desancorada e volátil, que inibe os investimentos e contribui para a alta da **inflação**.

Qual seria a Selic ideal?

Seria uma taxa nominal que permitisse um juro real zero, próximo à **inflação**, que deverá rodar em torno de 4% ao ano. Uma taxa básica de juro zero ainda é estimulativa para a economia. E isso vai melhorar a expectativa futura para o Banco Central, porque terá um efeito de ancorar novamente as projeções do mercado e valorizar o real, além de ajudar na retomada do fluxo de recursos externos para o país. Muitos investidores olham para o Brasil e não veem estímulo de aportar capital no país ao ver o juro real negativo e toda a volatilidade do câmbio, apesar de o real estar bem mais barato do que no início de 2020.

O dólar continuará valorizado?

No momento, não há espaço para o dólar ficar em R\$ 4,20 e R\$ 4,30 como algumas instituições preveem, porque, mesmo se forem aprovadas as PECs em discussão no Congresso, ainda teremos muita incerteza na questão fiscal. Esse cenário de dúvidas manterá o dólar em torno de R\$ 5 neste ano. O real, hoje, está, historicamente, muito barato, mas é preciso ancorar as expectativas dos agentes econômicos. E, para isso, será preciso uma recuperação econômica mais forte e um rápido ajuste da política monetária.

O senhor acha então que o BC já deve começar a aumentar os juros em março?

O Banco Central já deveria ter começado a subir os juros. Está atrasado. Em março, o ideal é elevar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual e ir fazendo isso de forma gradual nas próximas reuniões. Se não fizer isso logo, a **inflação** começará a sair do controle e, mais à frente, teremos o risco de o BC recorrer a um choque de juros, que sabemos todas as consequências.

Ministro vê greve de caminhoneiros "fraca"



André Borges / BRASÍLIA

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, minimizou o movimento grevista de caminhoneiros que promete fazer paralisações hoje.

Em entrevista ao "Estadão", Freitas disse que tem dialogado com as principais lideranças do setor e que não haverá adesão da maior parte dos trabalhadores.

"Vai ser um movimento fraco, não vai ter adesão. As empresas de transporte não vão parar, os principais sindicatos não vão parar. Tenho recebido mensagens de apoio de diversos líderes de caminhoneiros. Eles não querem parar, querem trabalhar.

É o sentimento geral", disse o ministro.

No domingo, o áudio de uma conversa entre Freitas e uma liderança de caminhoneiros circulou em grupos de WhatsApp, na qual o ministro afirma não ter como atender alguns dos pedidos do segmento. Freitas confirmou a autenticidade do áudio e disse que a conversa ocorreu ontem e se tratava de uma tentativa de esclarecer o papel do governo em cada demanda.

Os dois principais pedidos da categoria são a redução de cobrança de PIS e Cofins sobre o óleo diesel, para reduzir o preço do combustível na bomba, e o aumento da tabela de fretes.

"Sobre o PIS/Cofins, se você tira R\$ 0,01, são R\$ 800 milhões a menos na arrecadação. E o governo federal já zerou a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). O PIS/Cofins, que era R\$ 0,46, hoje está a R\$ 0,33. Então, estamos fazendo o que está ao alcance do Ministério da Infraestrutura. Se isso ocorre, é preciso ter fonte compensatória, e isso vai significar onerar alguém. Estamos na iminência de uma **reforma tributária**", disse.

Na última semana, o presidente Jair Bolsonaro disse que foi "em cima da Petrobrás" para tentar reduzir o preço, "mas não é fácil". Bolsonaro disse que ouviu do presidente da empresa, Roberto Castello Branco, que a cotação acompanha o valor internacional e que a gasolina local é mais barata dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). "Fui em cima da Petrobrás, mas não interferimos", disse, acrescentando que pediu redução de PIS/Cofins à Receita, mas que entendeu que não tem como.

Tarcísio de Freitas reafirmou a posição. "O PPI (Preço de Paridade de Importação) da Petrobrás, por exemplo, não podemos atender. Tem como acabar com essa paridade de preço internacional da Petrobrás? Não tem. Seria interferir na vida da empresa", afirmou.

O ministro falou ainda sobre a tabela de frete, criada após a paralisação de 2018. A tabela foi imposta pelo setor, que queria estabelecer preços mínimos para prestação dos serviços. "Sobre a tabela de frete, a gente já fiscalizou.

Foi efetivo? Não, porque nunca tabela de frete vai funcionar", disse. "O governo não tem culpa. A solução para o transporte é a economia crescer. Isso é mercado que regula." Medidas. O ministro destacou algumas ações que a pasta tem tomado. "Estamos revisando normas de pesagem, por exemplo.

As novas concessões de rodovias terão obrigação de ter postos de parada operados pelas empresas e isso será incluído nos preços de pedágio", disse.

Sem consenso

Entidades do setor se dividem sobre a greve. O Conselho Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas apoia a paralisação, mas entidades de motoristas autônomos negam adesão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por apoio, Lira e Baleia divergem sobre reformas

A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados decidirá hoje a agenda da Casa pelos próximos dois anos. Os principais candidatos, Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), deixaram clara a divergência sobre a ordem das reformas, decisão que leva em conta as bases de apoio.

Candidato do governo, Lira promete votara reforma administrativa neste trimestre. Já Baleia afirma que a prioridade é a **reforma tributária**. A PEC que modifica os **impostos** sobre bens e serviços é de sua autoria e relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), seu aliado. Baleia e Lira dizem que, após a reforma que eles consideram mais importante, virá a outra. Página A10

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

Com "efeito-auxílio", Estados veem alta de até 20% no ICMS



Marta Watanabe e Cibelle Bouças De São Paulo

Poupança de auxílio emergencial e baixas taxas relativas de isolamento social, mesmo com o recrudescimento de casos de covid-19, devem ajudar a sustentar o crescimento da arrecadação nos dois primeiros meses de 2021. Dados parciais mostram que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em janeiro e fevereiro deve superar em termos nominais os valores arrecadados em igual mês do ano passado em boa parte dos entes. Estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Alagoas e Mato Grosso estimam crescimento de 10% a 20% com a receita de ICMS em janeiro contra igual mês do ano passado.

A arrecadação de janeiro reflete ainda vendas realizadas em dezembro, quando foi paga a última parcela do auxílio emergencial, mas há sinalização de que em fevereiro a arrecadação deve também superar a de igual mês do ano passado.

O valor bruto de notas fiscais emitidas de 1- a 28 de janeiro em 12 Estados - Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Sergipe - aumentou 13,1% nominais ante igual período de 2020. Os dados estão reunidos no Receita Dados, portal de transparência ligado ao governo gaúcho. Os valores de notas fiscais emitidos em janeiro são considerados indicativos da tendência da arrecadação do ICMS em fevereiro.

Após fechar 2020 com arrecadação de ICMS em queda real de 2,9% em relação a 2019 - alta nominal

de cerca de 1,5% -, o Rio Grande do Sul projeta para janeiro alta nominal de 10% contra igual mês do ano passado, segundo o secretário de Fazenda Marco Aurélio Cardoso. Ele lembra que a partir de março e abril os resultados deverão ser analisados de forma ponderada, já que terão base baixa de comparação em razão dos efeitos da pandemia. Segundo ele, as projeções gaúchas para desempenho das receitas deste ano deverão ser refeitas, em parte em razão da **reforma tributária** aprovado no Estado ao fim de 2020. Ele ressalta, porém, que as incertezas relacionadas à vacinação contra a covid-19 afetam estimativas sobre o ritmo de retomada da economia.

Os efeitos do recrudescimento da doença, diz Cardoso, ainda não estão claros. No ano passado, lembra, apesar de o desempenho não ter sido tão afetado quando se esperava inicialmente pela disseminação da covid-19, a receita de ICMS ficou R\$ 1,3 bilhão abaixo da previsão orçamentária.

Em Goiás, a secretária de Fazenda, Cristiane Schmidt, diz que nos primeiros 20 dias de janeiro a arrecadação de ICMS cresceu 19% em relação a igual período de 2020. Como o recolhimento do primeiro mês do ano se refere à atividade de dezembro, a preocupação, diz, é com o efeito nos próximos meses do fim do auxílio emergencial, que beneficiou mais de 40% da população goiana. Para ela, uma reestruturação da rede social de proteção pode ser discutida, mas a prioridade do momento é levar a vacina para todos e garantir maior espaço fiscal com reformas estruturais.

Em Mato Grosso, a expectativa também é de alta na arrecadação de janeiro. Segundo Rogério Gallo, secretário de Fazenda do Estado, a arrecadação até o dia 20 avançou 12% em relação a igual período do ano passado e as notas fiscais emitidas no mês, que darão base para a arrecadação de fevereiro, mostram que a atividade nos segmentos de supermercados e de construção civil continua forte.

No Pará, a projeção com os dados disponíveis até sexta-feira aponta expansão de 10% nominais na arrecadação de ICMS contra igual período de 2020. A emissão de notas em janeiro até o período também permite projetar 10% de alta em fevereiro, diz o secretário da Fazenda, René de Oliveira e Sousa Júnior. Para ele, o crescimento, que se refere à atividade de dezembro e janeiro, respectivamente,

reflete ainda o impacto do auxílio emergencial. Parte do benefício, avalia, foi poupada e propiciou consumo também em janeiro.

Sousa Júnior lembra ainda que o governo paraense pagou benefício de R\$ 100 aos cadastrados no Bolsa Família. O valor foi distribuído de uma só vez, com parte da população beneficiada em dezembro e outra em janeiro. O programa estadual, diz ele, assim como o vale-alimentação de R\$ 80 pagos mensalmente a 550 mil alunos da rede pública, também ajudaram a sustentar o consumo no período.

A taxa de isolamento da população do Pará, relativamente baixa considerando a evolução da covid-19, também tem afetado a arrecadação positivamente, diz, mas traz preocupação em relação à evolução da pandemia. Se não houver nenhuma mudança no cenário, Sousa Júnior acredita que a arrecadação pode ter desempenho mais comprometido a partir de março.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, também acredita que a bancarização promovida pelo pagamento do auxílio emergencial contribuiu para a poupança de pelo menos parte dos valores recebidos e que estão sendo gastos neste início de ano. Com base na arrecadação até a semana passada, o Estado projeta crescimento de 20% nominais na arrecadação de ICMS em janeiro e de 10% em fevereiro, sempre na comparação com igual mês de 2020. A volta do turista para o litoral alagoano, diz, também contribuiu para reativação da economia. A expectativa é que janeiro tenha fechado com 87% da capacidade hoteleira do Estado ocupada.

O Espírito Santo fechou 2020 com alta nominal de 4,8% no recolhimento de ICMS em relação a 2019. Com a reabertura da economia e a atração de investimentos, diz o secretário de Fazenda, Rogelio Pegoretti, o Estado teve de setembro a dezembro do ano passado alta de 11% a 15% na arrecadação do imposto, sempre na comparação mensal interanual, considerando as receitas ordinárias.

Em janeiro, diz Pegoretti, até o dia 20, houve estabilidade no valor arrecadado, mas ele avalia que é cedo para falar em desaceleração da arrecadação. Apesar disso, ele afirma que o cenário atual exige prudência, já que há instabilidade política e grande incerteza sobre a vacinação.

Em Minas Gerais, o auxílio emergencial foi importante para amenizar a queda de arrecadação de ICMS em 2020, que ficou em R\$ 60,97 bilhões, ante R\$ 62,46 bilhões da previsão orçamentária. Em 2019, a arrecadação atingiu R\$ 60,05 bilhões. "É preocupante este momento que estamos tendo o primeiro mês sem

o auxílio emergencial, porque ele realmente propiciou aumento do consumo. Algumas regiões mais carentes do Estado tiveram na pandemia uma arrecadação maior do que no período pré-pandemia, o que mostra que o auxílio teve impacto muito grande no consumo", afirmou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

"Pandemia vai deixar Brasil com enorme vulnerabilidade fiscal"

Tal ita Moreira e Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Responsável na América Latina pela gestora de recursos Farallon, que soma US\$ 35 bilhões em ativos, Daniel Goldberg, 45 anos, vê o mercado financeiro bastante descolado dos efeitos da pandemia. "Acho que o mercado claramente dá o tema da pandemia por encerrado ou quase lá", diz. Ex-secretário de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, Goldberg, que também foi presidente do Morgan Stanley, teme que as novas variantes da covid-19 atrasem significativamente a corrida para solucionar o problema sanitário. "Mas isso claramente não está no radar da maioria dos participantes de mercado", afirma ao Valor.

E o tema o preocupa. O Brasil, segundo dele, deverá sair extremamente vulnerável da pandemia. Ele também vê a agenda de desestatização muito tímida e está cético em relação ao avanço de reformas estruturantes neste ano.

Goldberg tem atuado como um dos conselheiros do apresentador da TV Globo Luciano Huck. Contudo, evita falar sobre uma eventual candidatura para 2022 do apresentador, que também tem se consultado com políticos e com o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central. "Acredito que o cenário de 2022 vai exigir uma candidatura que fuja da polarização e, ao mesmo tempo, apresente um projeto de país."

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Com juros baixos e estímulos, a bolsa bateu recordes de alta, apesar da crise política e da pandemia. A euforia se justifica ?

Daniel Goldberg: Certamente, o mercado tem uns bolsões de euforia. Como classe de ativos para quem busca retornos de longo prazo, de forma geral, hoje é melhor investirem ações do que em determinados segmentos do mercado de renda fixa. Isso não quer dizer que as ações estão baratas nem que há bolsões de irracionalidade aqui e ali. E acho que há mesmo. Em um mundo de rendimento real negativo, a maioria das alternativas ao "equity" [ação] está proibitiva do ponto de vista de preços. Os prêmios de risco estão muito apertados, mas esse não é o principal problema. O custo de capital baixo é que o determina um nível

extremamente tímido de retornos esperados em uma vasta gama de ativos.

Valor: A piora da pandemia não representa um risco?

Goldberg: No que diz respeito aos riscos, acho que o mercado claramente dá o tema da pandemia por encerrado ou quase lá.

Enquanto isso, a enorme quantidade de infecções da covid, associada à demora na imunização da população e à pressão seletiva natural, aumenta a chance, a cada semana, de surgimento de uma variante do vírus com desafios adicionais do ponto de vista da imunização ou dos protocolos terapêuticos. As variantes de Manaus e da África do Sul, por exemplo, para além de serem mais transmissíveis, aparentemente têm mutações que as tornam resistentes aos anticorpos monoclonais vistos atualmente como uma das grandes esperanças terapêuticas. E isso claramente não está no radar da maioria dos participantes de mercado. A questão do acesso global às vacinas e as dificuldades de certos países emergentes tampouco estão sendo apreciadas por mercados como o norte-americano, por exemplo.

Valor: O Tesouro injetou centenas de bilhões de reais na economia e o Banco Central adotou uma série de medidas de liquidez que ajudaram a segurar a economia em 2020. O que esperar deste ano?

Goldberg: Apesar do nosso reduzido espaço fiscal, acho difícil evitar algum tipo de alívio adicional, em especial se os lockdowns voltarem. Idealmente, isso teria de vir acompanhando de uma sinalização de que a trajetória da dívida voltará ao controle. O Brasil sairá desta pandemia em condições extremas de vulnerabilidade, em especial no campo fiscal.

Valor: Alguns economistas e gestores criticam a atuação do Banco Central ao reduzir a taxa Selic para 2% ao ano. A **inflação** está subindo. O regulador errou a mão?

Goldberg: Acho que não. Até agora a atuação do Banco Central me parece impecável. Além disso, é muito louvável o fato de que a equipe do BC esteja conseguindo seguir com uma ambiciosa agenda regulatória, mesmo em meio às demandas da crise. O que o Banco Central colocou de pé no caso do Pix no

meio da crise é impressionante. E, claramente, a política de fomento à competição está a todo o vapor. Acho que, no longo prazo, o modelo de "open banking" que essa turma do Banco Central quer implementar vai ser transformacional.

Valor: O que o Brasil precisa fazer para recuperar o crescimento econômico de forma sustentável?

Goldberg: No longo prazo, o que realmente importa é produtividade. O resto é resto. Esse desafio existe no mundo inteiro, onde a tendência há décadas é de ganhos muito tímidos de produtividade e crescimento anêmico. No Brasil, o problema é ainda mais agudo. O esforço de melhoria no nosso ambiente institucional é essencial e, feliz ou infelizmente, requer muito trabalho no "encanamento da economia". Nosso sistema de regras, leis, incentivos é complexo, e reformas que parecem intuitivas esbarram em desafios de execução. Um bom exemplo é a **reforma tributária**, talvez a mais importante de todas no campo dos ganhos de produtividade. Entra governo, sai governo, ela continua na lista de desejos... e não sai do papel.

Valor: Jair Bolsonaro foi eleito com a promessa de fazer reformas, inclusive a tributária, e privatizações, mas até agora avançou pouco nessa agenda. A que o sr. atribui essa dificuldade?

Goldberg: Algumas coisas

avançaram. Em alguns casos, por mérito do Executivo, em determinados casos por protagonismo claro do Congresso. Bem ou mal, tivemos a Previdência, novo marco do saneamento, reforma da lei de falências. Mas a agenda de desestatização tem sido muito tímida e a de reformas institucionais continua claramente andando de lado. No caso da privatização da Eletrobras, há claramente uma parcela do sistema político e do funcionalismo que boicota a implementação da venda. No Brasil de hoje, a venda de uma estatal como a Eletrobras é uma corrida de obstáculos que depende de articulação, planejamento, estratégia, habilidade política. Já no caso da **reforma tributária**, talvez o Executivo devesse ter aproveitado uma reforma imperfeita, mas que estava amadurecendo na linha do que [o economista] Bernard Appy vinha defendendo, em vez de tentar redesenhar as medidas.

Valor: O sr. acredita que, com as discussões sobre a volta do auxílio emergencial, e passadas as eleições no Congresso, as reformas tendem a começara avançar?

Goldberg: Espero que sim, mas confesso que estou mais cético do que a maioria em relação a esse tema. Não acredito que vá ter reformas estruturantes neste

ano. E teremos as eleições presidenciais no ano que vem.

Valor: As mudanças na lei de falências acabam de entrar em vigor. As empresas em recuperação judicial conseguirão atrair mais investidores? Vai ser mais fácil sair desses processos?

Goldberg: Acho que há duas mudanças importantes e muito positivas na lei. A primeira é a que permite a aprovação de um plano alternativo dos credores. Ou seja, acaba a história do acionista sair da recuperação melhor do que o credor que tomou o calote. O poder de barganha dos credores vis-a-vis a empresa devedora muda totalmente. A segunda alteração, na qual eu pessoalmente investi algum tempo nas discussões com o relator na Câmara dos Deputados, Hugo Leal [PSD-RJ, é aquela que regulamenta o empréstimo DIP ["debtor-in-possession"], que tinha um regime falho. Em qualquer lugar do mundo em que a lei de falências funciona, o dinheiro que entra para a empresa já na fase de reorganização é sagrado, tem prioridade absoluta. De forma geral, acho sim que essas mudanças vão atrair mais capital para o financiamento das reestruturações.

Valor: O mercado de crédito privado passou por um grande estresse em 2020. Que diagnóstico o sr. faz dele agora? Veremos muitas empresas com dificuldades para gerir suas dívidas?

Goldberg: A crise da covid-19 foi muito peculiar. É extremamente simétrica do ponto de vista geográfico - todos os mercados sofreram, nas mais diversas jurisdições -, mas por outro lado incrivelmente assimétrica na forma como diferentes setores da economia foram afetados. De forma geral, a atividade vai voltar forte, mas setores diretamente afetados pela covid, como aqueles ligados à mobilidade urbana, hotelaria, transporte aéreo e eventos, vão continuar sofrendo e muitas dessas companhias vão acabar tendo de reestruturar suas dívidas em juízo.

Valor: O sr. tem atuado como um conselheiro do apresentador Luciano Huck. Ele está disposto a disputar a Presidência em 2022?

Goldberg: Na verdade, o Luciano é uma pessoa que gosta de escutar. É um traço distintivo da personalidade dele. Nos últimos anos, ele tem se dedicado a estudar os enormes desafios do Brasil e discutir políticas públicas que melhorem a vida as pessoas. Assim como fala comigo, fala com muita gente - de diferentes matizes ideológicas e formações técnicas. Esse círculo de conversas tem girado em torno de diversos núcleos - saúde, educação, política urbana, infraestrutura, tecnologia...

Valor: Quais as chances de ele sair candidato a presidente? Como vê o cenário para 2022?

Goldberg: Acredito que o cenário de 2022 vai exigir uma candidatura que fuja da polarização e, ao mesmo tempo, apresente um projeto de país. Pouca gente rodou o Brasil como o Luciano - a despeito de uma eventual candidatura, o fato é que ele já se tornou uma liderança cívica, reconhecido no terceiro setor e pelos movimentos comunitários. As pessoas não fazem ideia do quanto ele tem se engajado em atividades transformadoras, procurando insistir nesse tema da oportunidade e inclusão. Mas a eleição está longe. Luciano fez muito bem em não fomentar discussões pré-eleitorais.

Valor: Quem participa do grupo que está ajudando o apresentador a discutir um projeto?

Goldberg: É bom reiterar que hoje não há projeto eleitoral. Há, sim, um movimento para pensar o cenário pós-pandemia e um caminho moderno para o Brasil. Não me cabe dar os nomes das pessoas que têm investido tempo em pensar esses desafios, mas o que posso dizer que há muita gente séria e comprometida em ajudar, de diferentes formas, a melhorar o país.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1

Caetano, Beth, Paula, Adnet, 342

Deputado Baleia Rossi (MDB-SP)

Recebi o apoio de Caetano Veloso a minha candidatura a presidente da Câmara dos Deputados. É difícil expressar em palavras como a mensagem dele me motivou. Beth Faria, Paula Lavigne, Marcelo Adnet e 342 Artes também divulgaram manifestações que me incentivaram. Agradeço de coração. Eles são referências e ídolos da sociedade - e meus também.

As declarações desses artistas não representam necessariamente um endosso a mim como homem público ou como pessoa. Significam, sim, engajamento na causa que minha candidatura encarna. Os doze partidos que estão comigo nessa disputa defendem que a Câmara seja independente do Executivo. Do outro lado, está um grupo quer a subserviência total do Legislativo ao governo.

Cabe tentar explicar o que a independência ou subordinação se expressam no dia a dia do Parlamento e o impacto que uma ou outra opção podem ter na vida das pessoas. Para isso, é bom analisar os últimos dois anos, no qual a Câmara mostrou independência em relação ao governo.

Com gestão independente, a Câmara aprovou o projeto mais importante do governo: a reforma da Previdência. Ela forneceu um horizonte para reversão do déficit público, devolveu a confiança dos agentes econômicos na solvência do país e permitiu a redução da taxa de juros.

Sem a previdência, o atual governo estaria imerso numa barafunda. Mas o não alinhamento permitiu que a Câmara moderasse algumas pautas que carecem de consenso na sociedade. Permitiu que a Câmara representasse as agendas dos eleitores que não votaram no atual presidente, que ela fiscalizasse o governo e servisse de freio e contrapeso a algumas de suas decisões. Essas são suas funções constitucionais.

E o que significa uma Câmara alinhada ao governo como um puxadinho do Planalto? A Câmara apenas chancelaria os atos do Executivo, em vez de analisá-los, o que é sua função. A função de contrapeso ao governo desapareceria. Quem não votou no governo deixaria de ter representatividade no Legislativo.

Longe dos holofotes, o relacionamento dos deputados com o governo mudaria. Toda a interlocução seria feita pela Presidência da Casa. O governo não precisaria

conversar com os deputados individualmente porque o presidente da Câmara não passaria de um vice. Teria um chefe que mandaria na Casa a partir de seu gabinete no Planalto.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 requer ações firmes do Legislativo. A crise social provocada precisa da Câmara para ser equacionada. Assim como a saúde, a economia precisa de medidas urgentes que lhe deem novo empuxo. Uma delas é a **reforma tributária**, da qual sou autor.

A Câmara é e será essencial para garantir a preservação de conquistas sociais, como fez em 2020 com o auxílio emergencial e com a garantia recursos para a educação básica por meio do Fundeb. Depende da Câmara a preservação ambiental. Sobretudo, depende da Câmara a salvaguarda da democracia e de suas instituições. E essas missões não podem ser terceirizadas para o governo federal, qualquer que seja.

A manifestação espontânea de Caetano Veloso mostra como o Brasil mudou. Até agora, as eleições do Legislativo eram disputadas longe dos olhos do eleitor. Mesmo a imprensa dava pouco espaço a escolha dos chefes do Legislativo. Esse tempo passou. A eleição está sob os olhos de um país mais maduro e participativo. A Câmara sabe isso porque é a caixa de ressonância da sociedade e está pronta para cumprir seu papel.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/02/49/03869-caetano-beth-paula-adnet-342.html>

Vacina, reformas e regulação: veja o que as empresas querem do comando do Congresso a ser eleito nesta segunda

Glauce Cavalcanti e Bruno Rosa

Novos presidentes da Câmara e do Senado devem acelerar aprovação das reformas administrativa e tributária, além de marcos setoriais, dizem dirigentes de empresas Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo

RIO - Aprovar as reformas administrativa e tributária, aperfeiçoar marcos regulatórios como o ambiental e votar pautas urgentes que possam ajudar o governo a acelerar a vacinação contra a Covid-19 e reduzir o impacto da pandemia na economia. Estes são os temas que as empresas querem ver no topo da lista de prioridades dos novos presidentes da Câmara e do Senado, que serão eleitos nesta segunda-feira, de acordo com dirigentes das principais entidades setoriais do país ouvidos pelo GLOBO.

Em comum, eles afirmam que, se as reformas tivessem sido feitas anteriormente, o dano provocado pela pandemia na economia teria sido menor. O foco agora, defendem, deve ser avaliar novos incentivos e benefícios sociais sem comprometer o equilíbrio das contas públicas e trabalhar para reduzir o chamado Custo Brasil, para ajudar na retomada dos negócios. Um desafio é tanto para os novos chefes do Legislativo. Veja a seguir as prioridades citadas:

Vacinação

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) alerta que a retomada da economia depende diretamente da vacinação dos brasileiros contra a Covid-19. Fernando Pimentel, no comando da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), frisa que esse é o tema central da economia hoje:

- Nada é mais importante do que preservar vidas. E depois fazer as reformas administrativa, tributária e votar PECs como a Emergencial e a do pacto federativo, além dos marcos do gás e do setor elétrico. Precisamos ter competitividade. Em 40 anos, perdemos duas décadas. Não é boa rota.

Reforma administrativa

A maioria dos líderes de entidades setoriais, contudo,

defende que as reformas administrativa e tributária sejam tocadas em paralelo, em razão do grande atraso em implementar essas mudanças.

José Carlos Martins, presidente da Cbic, da indústria de construção, entende que a reforma administrativa, que altera regras da carreira e da remuneração do funcionalismo público, deve ser a primeira reforma aprovada com o Congresso sob nova direção:

O presidente da da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), José Carlos Rodrigues Martins, em audiência na Câmara dos Deputados Foto: LUIS MACEDO / Câmara dos Deputados

- É para sabermos o tamanho da conta a pagar. Em paralelo, é preciso tocar também a Proposta de Emenda Constitucional para alterar o pacto federativo. Na sequência, o alvo é a **reforma tributária** - pede Martins.

Para Venilton Tadini, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib), redimensionar a máquina pública é essencial para o governo recuperar sua capacidade de investimento:

- No nível de investimento atual, todo esforço de estruturação de projetos vai se perder, engolido pelo custo da máquina pública. Dado o grau de carência de infraestrutura no país, é preciso ter recursos públicos e privados. Na malha rodoviária, por exemplo, a maior parte das rodovias é pública. Só que a malha é uma só.

Reforma tributária

Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea Foto: Silvia Costanti/5-12-2019 / Agência O Globo

Para Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, que reúne as montadoras de veículos, o caos tributário do país é o principal entrave ao crescimento e deveria ser atacado logo:

- Se (a **reforma tributária**) tivesse sido feita anteriormente, os impactos econômicos durante a pandemia não teriam sido tão graves. Ela precisa

atacar a complexidade do manicômio tributário, que destrói empresas, empregos e renda. Uma redução da carga de **impostos** também é desejável, pois ela prejudica a competitividade do produto brasileiro no mercado interno e sobretudo nas exportações.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, concorda:

- A tributação sobre a circulação de bens e serviços no Brasil é um dos principais limitadores da competitividade das empresas, da inserção internacional, dos investimentos e do crescimento da economia.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, avalia que o sistema tributário brasileiro é o que mais tira competitividade das empresas:

- O Custo Brasil chega a R\$ 1,5 trilhão por ano a mais que o registrado na média dos países da OCDE. O item que mais pesa nessa conta é o custo tributário. É uma prioridade que foi empurrada com a barriga - pondera.

Redução de desigualdades

Para o presidente da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o Congresso não pode descuidar da pauta social e de políticas de aumento da renda. A entidade entregou uma carta aberta aos candidatos à presidência de Câmara e Senado, listando efeitos da ausência de políticas para estimular a produtividade do setor industrial no país em 25 anos.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira Foto: Givaldo Barbosa / Agência O Globo/16-5-2017

- O problema da lentidão, de não fazer o que tem de ser feito por décadas, é que isso machuca as pessoas, aprofunda a miséria e mata. Entre 1997 e 2018, 22 países ultrapassaram o Brasil no ranking mundial de **PIB** per capita. Os parlamentares têm de entender que isso mata. Desigualdade social mata. Covid-19 mata. E desvio de dinheiro mata - diz Vieira.

Neste contexto, a campanha dos candidatos às presidências da Câmara e do Senado foi permeada por pressões para a retomada do auxílio emergencial. Essa discussão precisa ser enfrentada com responsabilidade pelos parlamentares, avaliam os dirigentes empresariais.

Fernando Pimentel, da Abit, sublinha que o país adotou medidas emergenciais que tiveram resultado

na pandemia. Como esse cenário persiste, é preciso discutir novos auxílios, defende.

Para a CNC, é esse o caminho para preservar renda, emprego e empresas no país, reduzindo o impacto na retomada do setor de comércio e serviços.

Custo Brasil

As reformas serão os pilares principais para reduzir custos para empresas, mas outras decisões do Congresso são vistas pelos empresários para melhorar o ambiente de negócios, principalmente se o Brasil ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

- Se o Brasil quer fazer a abertura comercial, entende que é hora de ingressar na OCDE, precisa melhorar o ambiente de negócios para as empresas do país terem condições de competir em pé de igualdade com outros países - avalia Jorge Nascimento, presidente da Eletros, do setor de eletroeletrônicos.

Ele acrescenta que é necessário discutir uma política comercial com mecanismos antidumping e estimular a produção de mais insumos no país, para evitar a dependência de fornecedores estrangeiros únicos e frear impactos de alta de preços ou choque de demanda.

A CNC sugere ainda um novo Refis para as empresas, além da ampliação da oferta de crédito com condições facilitadas.

Marcos legais

Cada setor tem demandas específicas na área de regulação. Estão em pauta marcos legais como o do licenciamento ambiental e o das concessões e participações público-privadas (PPPs). Na área de finanças, há expectativa pela aprovação da Lei das Debêntures Incentivadas para o setor de infraestrutura. Investidores em negócios de tecnologia demandam a aprovação no Senado da regulação para start-ups, que já passou na Câmara.

Na área de energia, a aprovação da nova Lei do Gás é vista como fundamental para acelerar investimentos em transportes e em toda a cadeia do gás natural, diz Rogério Manso, da ATGás:

- O mais importante é manter a mudança do regime de outorga de novos gasodutos de concessão para autorização, o que vai tornar mais ágil o processo de investimento para expansão da rede de transporte.

Além do gás, Antonio Guimarães, diretor-executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do

Petróleo (IBP), destaca as discussões em torno do fim do regime de partilha na exploração de petróleo:

- Não é algo ideológico, mas técnico. O país precisa ser mais simples e entrar na disputa dos investimentos globais e gerar emprego - pondera ele.

O setor de petróleo quer ainda que o Congresso se debruce sobre a modernização da cabotagem de forma a atrair investimentos, considerando que a previsão é que, ao longo desta década, metade da produção de petróleo seja exportada.

Já em telecomunicações, os desafios vão além do esperado leilão do 5G, que ainda não tem data para ocorrer.

- Há vários projetos no Congresso que, se aprovados, podem aumentar os investimentos. Em 2020, por exemplo, houve muito furto de cabos e há iniciativas para aumentar a pena (para esse crime). Há ainda a necessidade de fazer uma discussão melhor sobre a continuidade de alguns fundos do setor e o seu uso - diz Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, sindicato das empresas de telecomunicações.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/vacina-reformas-regulacao-veja-que-as-empresas-querem-do-comando-do-congresso-ser-eleito-nesta-segunda-24862501>

Mesmo dividida, classe cruzará os braços

CAMINHONEIROS

Mesmo dividida, classe cruzará os braços

» WESLEY OLIVEIRA

Com centenas de grupos e de associações representativas, os caminhoneiros mantiveram para hoje o começo de uma paralisação nacional por tempo indeterminado. No entanto, somente será possível calcular o impacto da decisão depois que o movimento tiver início, pois a categoria está dividida em vários grupos a favor e contra a greve. Mas, segundo fontes ligadas ao setor, dificilmente terá a força que teve em 2018, quando, entre 21 e 30 de maio, houve paralisação nas estradas, piquetes e vários episódios de violência contra aqueles que tentavam furar o boicote. A consequência da greve foi o desabastecimento de vários gêneros, combustível e disparada nos preços nas gôndolas dos supermercados.

Pelas estimativas do Conselho Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (CNTRC), haverá caminhoneiros com os braços cruzados em 22 estados. A entidade representa mais de 40 mil profissionais e afirma que o movimento durará até que o governo federal resolva atender às demandas da categoria.

"Todo mundo sabe onde bater: na porta da Petrobras. A Petrobras não será mais vilã. Em função da política independente de preços da Petrobras, sem interferência do governo, seguindo preços de paridade internacional, temos atraído investidores", afirmou Castello Branco durante evento com investidores.

Para não interferir na política de preços da estatal, o governo federal propôs zerar ou reduzir alguns tributos do diesel, como o PIS/Cofins. Essa diminuição sobre os impostos do combustível teria impacto de R\$ 800 milhões nos cofres públicos. Entretanto, segundo Plínio Dias, presidente da CNTRC, isso não é suficiente.

"Quero questionar o presidente da Petrobras, pois ele tem dos responsáveis por existir esse PPI (Preço de Paridade de Importação), que aumenta o preço do diesel a cada 15 dias. Ele veio falar que nossa frota está defasada. Ele não entende nada de transporte. A gente só não está melhor devido à situação que ele está causando ao país. Estão equipando o nosso gás de cozinha, nosso combustível e o nosso diesel com o dólar. Não entende que o brasileiro recebe em real? Quando a gente começa a respirar, a Petrobras aumenta o diesel, aumenta tudo e a gente não consegue acompanhar", criticou Plínio.

De acordo com a pauta de reivindicações, além da mudança no preço do insumo, a categoria cobra a modificação da redação do Projeto de Lei 4.199/20, o BR do Mar. O PL foi aprovado pela Câmara em dezembro do ano

passado e, agora, está em tramitação no Senado. Para os manifestantes, o texto dá vantagem para empresas estrangeiras no transporte de cabotagem, o que favorece a contratação de empresas donas de frotas para fazer o transporte em detrimento de caminhoneiros autônomos.

Belator do PL no Senado, o senador Nelson Trad (PSD-MS) afirmou que constituirá um canal de comunicação entre o Congresso, o governo e os caminhoneiros. "Vamos atuar de forma serena e justa para intermediar, justamente para tentar atender às necessidades e evitar essa greve que vai prejudicar o país", afirmou Trad ao Correio.

Além da CNTRC, o movimento vem sendo conduzido pela Associação Nacional de Transportes do Brasil (ANTB) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Segundo os organizadores da paralisação, existe uma orientação para que as estradas pelo país sigam com trânsito livre, sem interdito do trânsito.

"Vamos fazer a manifestação dentro da lei. Está na Constituição o direito de fazer livre manifestação", afirma Plínio Dias. Uma liminar concedida, neste final de semana, pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, proíbe caminhoneiros em greve de bloquear, mesmo que parcialmente, a rodovia BR-101, que margeia o litoral do país. Além disso, outra decisão já havia negado permissão para bloqueios na Rodovia Presidente Dutra, trecho da BR-116 que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Com centenas de grupos e de associações representativas, os caminhoneiros mantiveram para hoje o começo de uma paralisação nacional por tempo indeterminado. No entanto, somente será possível calcular o impacto da decisão depois que o movimento tiver início, pois a categoria está dividida em vários grupos a favor e contra a greve. Mas, segundo fontes ligadas ao setor, dificilmente terá a força que teve em 2018, quando, entre 21 e 30 de maio, houve paralisação nas estradas, piquetes e vários episódios de violência contra aqueles que tentavam furar o boicote. A consequência da greve foi o desabastecimento de vários gêneros, combustível e disparada nos preços nas gôndolas dos supermercados.

Pelas estimativas do Conselho Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (CNTRC), haverá caminhoneiros com os braços cruzados em 22 estados. A entidade representa mais de 40 mil profissionais e afirma que o movimento durará até que o governo federal resolva atender às demandas da categoria.

A principal reivindicação da classe é relativa à política de preços adotada pela Petrobras sobre o litro do óleo diesel. Na última semana, por exemplo, a petroleira reajustou em quase 5% o preço médio do combustível. Mesmo com a pressão dos caminhoneiros, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, afirmou que isso não era um problema da empresa.

"Todo mundo sabe onde bater: na porta da Petrobras. A Petrobras não será mais vilã. Em função da política independente de preços da Petrobras, sem interferência do governo, seguindo preços de paridade internacional, temos atraído investidores", afirmou Castello Branco durante evento com investidores.

Para não interferir na política de preços da estatal, o governo federal propôs zerar ou reduzir alguns tributos do diesel, como o PIS/Cofins. Essa diminuição sobre os impostos do combustível teria impacto de R\$ 800 milhões nos cofres públicos. Entretanto, segundo Plínio Dias, presidente da CNTRC, isso não é suficiente.

"Quero questionar o presidente da Petrobras, pois ele é um dos responsáveis por existir esse PPI (Preço de Paridade de Importação), que aumenta o preço do diesel a cada 15 dias. Ele veio falar que nossa frota está defasada. Ele não entende nada de transporte. A gente só não está melhor devido à situação que ele

Ana Rayssa/Ep. CB/DA Press - 26/5/18



A greve de 2018 provocou desabastecimento de combustível, corrida aos postos e aumentos abusivos

Adesão à greve é contestada

Apesar da movimentação, outros grupos de caminhoneiros afirmam que o movimento não terá adesão da maioria dos profissionais do setor. Para a Confederação Nacional dos Caminhoneiros e Transportadores Autônomos de Bens e Cargas (Confnac), que reúne dezenas de associações pelo país, a avaliação feita é que ainda existe margem para negociar com o governo federal. "A maioria da categoria é contrária à especulação política escancarada de alguns. Acreditamos que esse não é o momento apropriado para um movimento de paralisação, em respeito a uma sociedade que não pode arcar com o desabastecimento e outras consequências", argumenta José da Fonseca Lo-

pes, presidente da Confnac.

Além da Confnac, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) também descartou aderir ao movimento e afirmou que está em constante debate com o Ministério da Infraestrutura para tratar de uma agenda de reivindicações que tem quase 20 itens. Na mesma linha, a Confederação Nacional do Transporte (CNT), representante das empresas transportadoras, negou apoio à greve e diz que garantirá o abastecimento no país, desde que seja garantida a segurança nas rodovias.

Ontem, um áudio atribuído ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, começou a circular entre diversos grupos de WhatsApp dos caminhoneiros. Na grava-

ção, a pessoa afirmava que não negociaria com os grevistas.

Em nota, a pasta afirmou que o ministro conversou, por telefone, com representantes da Associação dos Caminhoneiros e Condutores de Capão da Canoa (RS). Durante a conversa, Tarcísio teria reafirmado a posição do governo federal, dentre as quais a de não negociar com qualquer indicativo de paralisação ou locaute. "Valer um movimento fraco, não vai ter adesão. As empresas de transporte não vão parar, os principais sindicatos não vão parar. Tenho recebido mensagens de apoio de diversos líderes de caminhoneiros. Eles não querem parar, querem trabalhar. Esse é o sentimento geral", disse o ministro. (WO)

Wesley Oliveira

está causando ao país. Estão equiparando nosso gás de cozinha, nosso combustível e o nosso diesel com o dólar. Não entende que o brasileiro recebe em real? Quando a gente começa a respirar, a Petrobras aumenta o diesel, aumenta tudo e a gente não consegue acompanhar", criticou Plínio.

De acordo com a pauta de reivindicações, além da mudança no preço do insumo, a categoria cobra a modificação da redação do Projeto de Lei 4.199/20, o BR do Mar. O PL foi aprovado pela Câmara em dezembro do ano passado e, agora, está em tramitação no Senado. Para os manifestantes, o texto dá vantagem para empresas estrangeiras no transporte de cabotagem, o que favorecia a contratação de empresas donas de frotas para fazer o transporte em detrimento de caminhoneiros autônomos.

Relator do PL no Senado, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) afirmou que construirá um canal de comunicação entre o Congresso, o governo e os caminhoneiros. "Vamos atuar de forma serena e justa para intermediar, justamente para tentar atender às necessidades e evitar essa greve que vai prejudicar o país", afirmou Trad ao Correio.

Além da CNTRC, o movimento vem sendo conduzido pela Associação Nacional de Transporte do Brasil (ANTB) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Segundo os organizadores da paralisação, existe uma orientação para que as estradas pelo país sigam com trânsito livre, sem interdição do trânsito.

"Vamos fazer a manifestação dentro da lei. Está na Constituição o direito de fazer livre manifestação", afirma Plínio Dias. Uma liminar concedida, neste final de semana, pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, proíbe caminhoneiros em greve de bloquear, mesmo que parcialmente, a rodovia BR-101, que margeia o litoral do país. Além disso, outra decisão já havia negado permissão para bloqueios na Rodovia Presidente Dutra, trecho da BR-116 que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

-

Adesão à greve é contestada

Apesar da movimentação, outros grupos de caminhoneiros afirmam que o movimento não terá adesão da maioria dos profissionais do setor. Para a Confederação Nacional dos Caminhoneiros e Transportadores Autônomos de Bens e Cargas (Conftac), que reúne dezenas de associações pelo país, a avaliação feita é que ainda existe margem para negociar com o governo federal. "A maioria da categoria é contrária à especulação política

escancarada de alguns. Acreditamos que esse não é o momento apropriado para um movimento de paralisação, em respeito a uma sociedade que não pode arcar com o desabastecimento e outras consequências", argumenta José da Fonseca Lopes, presidente da Conftac.

Além da Conftac, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) também descartou aderir ao movimento e afirmou que está em constante debate com o Ministério da Infraestrutura para tratar de uma agenda de reivindicações que tem quase 20 itens. Na mesma linha, a Confederação Nacional do Transporte (CNT), representante das empresas transportadoras, negou apoio à greve e diz que garantirá o abastecimento no país, desde que seja garantida a segurança nas rodovias.

Ontem, um áudio atribuído ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, começou a circular entre diversos grupos de WhatsApp dos caminhoneiros. Na gravação, a pessoa afirmava que não negociaria com os grevistas.

Em nota, a pasta afirmou que o ministro conversou, por telefone, com representantes da Associação dos Caminhoneiros e Condutores de Capão da Canoa (RS). Durante a conversa, Tarcísio teria reafirmado a posição do governo federal, dentre as quais a de não negociar com qualquer indicativo de paralisação ou locaute. "Vai ser um movimento fraco, não vai ter adesão. As empresas de transporte não vão parar, os principais sindicatos não vão parar. Tenho recebido mensagens de apoio de diversos líderes de caminhoneiros. Eles não querem parar, querem trabalhar. Esse é o sentimento geral", disse o ministro. (WO)

Sem margem de erro (3)

Com os gastos de combate à pandemia e a queda da receita ocasionada pela contração da atividade econômica, houve inédita piora das condições orçamentárias do governo. Pôr as finanças em ordem e reverter a descrença na política fiscal exigirá esforço ainda mais hercideo nos próximos anos.

O rombo nas contas do Tesouro Nacional ficou em R\$ 743,1 bilhões em 2020, sem considerar despesas com juros. O legado da crise é a dívida pública equivalente a 89,3% do Produto Interno Bruto, alta de 15 pontos percentuais em um ano.

Trata-se do maior patamar já registrado pelas estatísticas disponíveis e uma das piores posições entre os países emergentes.

As consequências são evidentes. A moeda brasileira teve um dos piores desempenhos no mundo desde o surgimento da pandemia, as taxas de juros de longo prazo permanecem elevadas e vão se agravando os riscos inflacionários que já levam o Banco Central a sugerir que poderá elevar os juros.

Se não há uma fronteira a partir da qual a insolvência se torna inevitável, na medida em que o financiamento do governo depende da confiança de agentes privados, é inegável que essa confiança vai escasseando. O governo paralisou as reformas destinadas a reduzir despesas e tampouco mostra ações de curto prazo.

No momento em que se discute a volta do auxílio emergencial, tema que poderá se tornar inevitável apesar das declarações em contrário do presidente Jair Bolsonaro e de seu ministro da Economia, será necessário indicar de onde poderá vir o dinheiro.

Qualquer irresponsabilidade, como simplesmente flertar com o abandono do teto constitucional para os gastos, levará a uma crise de descrédito ainda maior.

Também é necessário avançar na agenda de crescimento econômico, sem o qual será impossível equilibrar as contas a médio prazo. A **reforma tributária**, por exemplo, tem o potencial de **simplificar os impostos**, destravar a produtividade e aproximar o país das cadeias internacionais de valor.

Pode-se reverter a desconfiança atual com sinais claros na direção de uma política econômica mais consistente. Acreditar numa agenda ampla, contudo, não é realista. Mas não há como fugir do básico para

carregar o país até a eleição de 2022 sem uma nova crise fiscal, que a esta altura seria calamitosa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49424>

Brasil fechou central que distribuía vacinas e privatizou serviço em 2018

Júlia Barbon - rio de janeiro

A complexa tarefa de distribuir vacinas para um país grande e diverso como o Brasil, que hoje é vista como peça fundamental no combate ao coronavírus, passou por uma turbulência silenciosa três anos atrás.

Era 2018 quando Ricardo Barros, ministro da Saúde do governo de Michel **Temer** (MDB), decidiu fechar a central nacional responsável por essa logística há mais de duas décadas no Rio de Janeiro e contratar uma empresa privada em São Paulo para tomar conta do serviço.

Até hoje é essa companhia, a VTCLog, do grupo Voetur, que recebe, armazena e controla a distribuição de todas as vacinas, soros, medicamentos, praguicidas, kits para diagnóstico laboratorial e outros insumos do Ministério da Saúde, incluindo os da Covid-19.

Ela ocupou em 2019 o lugar da Cenadi (Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos), que era diretamente subordinada ao governo. Além de controlar o estoque, o órgão também monitorava a entrada de imunobiológicos adquiridos pelo país no exterior.

Desde então, funcionários encarregados de receber as remessas nos estados reclamam de problemas na logística, com itens errados, atrasos nas entregas, falta de listas de conferência dos produtos e desorganização na comunicação. A Folha procurou a empresa para comentar as críticas, mas não obteve resposta.

Na semana passada, 19 dos 27 estados receberam os primeiros lotes da Coronavac com sucessivas alterações dos horários dos voos após o atual ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, adiantar às pressas o cronograma da vacinação. Até agora não ficou claro o que causou a confusão.

"Depois que trocou, o que sentimos na ponta é que é todo mundo inexperiente, como se estivessem perdidos. E não é uma coisa pontual daqui, é todo mundo reclamando", diz a servidora Carla -seu nome foi trocado e o local não foi revelado para evitar retaliações, já que as equipes são pequenas.

Ela relata que as críticas ao serviço são constantes no grupo de WhatsApp que reúne os representantes dos estados e do PNI (Programa Nacional de Imunizações), e que a terceirizada tem feito visitas desde o fim de 2020 para ouvir as queixas. "Em abril vai juntar a campanha da influenza com a Covid, com certeza vai dar problema", afirma.

Carla cita casos em que a empresa sinaliza que a remessa chegará de avião, mas chega de caminhão, ou em que chegam dois caminhões em horários diferentes (o que atrapalha na checagem). Outras vezes a quantidade de itens vem errada, e o "checklist" não vem ou não coincide com o que está dentro das caixas.

Um dos estados consultados, a Bahia disse que as críticas de técnicos ocorreram pontualmente no momento da transição, quando se chegou a receber lotes sem o gelox necessário para o resfriamento dos imunobiológicos.

A explicação do ministério para a privatização na época foi de modernizar a infraestrutura, melhorar a eficiência e racionalizar os custos. "A substituição mostrou-se o caminho mais eficiente para gerir os insumos que abastecem a rede pública de saúde, o que significa mais qualidade e mais vacinas", diz hoje a pasta.

Se naquele momento a decisão não fez barulho aqui fora, porém, fez lá dentro. A licitação pegou de surpresa os então técnicos da Cenadi, que alegavam ter toda a estrutura e o "know how" de como fazer o serviço há anos. Foram cerca de 200 colaboradores terceirizados demitidos no total.

"Para nós foi um balde de gelo seco. Tínhamos a estratégia toda pronta, tecnologia de ponta e criamos um transporte com perda de vacinas quase zero. Botaram para fora técnicos altamente qualificados, todos com o curso de especialização em rede de frios que criamos com a Fio-cruz" afirma João Leonel Estery, coordenador da central de 1996 a 2016.

Outros ex-funcionários da Cenadi e do ministério também dizem que não viam motivo para a transferência. "Fomos totalmente contra a decisão. Acredito que a logística de imunobiológicos teve uma perda substancial, a estrutura da Cenadi funcionava

muito bem", declara Ricardo Gadelha, que foi gerente da gestão de insumos do PNI até 2018.

Entre os argumentos, os técnicos citam que a central já tinha dependências próprias sem custo, dentro do departamento de suprimento do Exército, na zona norte do Rio, e que o lugar ficava próximo à Fiocruz, uma das maiores fornecedoras de insumos do país.

Também era perto do INCQS (Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde), por onde as vacinas costumam passar antes da distribuição, e tinha fácil acesso ao Instituto Vital Brazil, Fundação Ataulpho de Paiva e Instituto Biologia do Exército, que ficam no RJ.

Alguns funcionários chegaram a protestar em frente ao condomínio do presidente eleito Jair Bolsonaro no fim de 2018, pedindo que ele impedisse a mudança da sede para SR A Assembléia Legislativa do Rio também fez uma moção de repúdio à ação do governo.

"Quando eles estavam fazendo a licitação mandamos carta para o ministro, para o presidente **Temer**, para os 40 e poucos parlamentares do RJ. Mas o interesse era muito grande, não conseguimos barrar o processo) diz o ex-deputado estadual Milton Rangel (DEM).

Segundo ele, "o processo foi todo esquisito". "Foi feito com interferência direta dos interessados, eles ajudaram na elaboração dos editais. Foi uma das coisas que apontamos ao TCU [Tribunal de Contas da União]". A licitação foi adiada pelo órgão para que se esclarecesse dúvidas sobre os custos, mas depois seguiu normalmente.

O valor do contrato com a VTCLog é de R\$ 97 milhões anuais e vai de 2019 até 2023. O Ministério da Saúde não respondeu quanto era gasto com a Cenadi mas, segundo a antiga direção da central, os custos do recebimento, armazenagem, distribuição e transporte somavam cerca de R\$ 120 milhões em 2018, portanto seriam superiores.

Questionada sobre as críticas, a pasta afirmou que a substituição ocorreu "segundo os princípios que norteiam a administração pública no processo de readequação da logística" e que a VTCLog/ Voetur é uma operadora "com mais de dez anos de atuação no Ministério da Saúde, no que tange ao transporte de fármacos".

"O objetivo foi de modernizar a infraestrutura através da racionalização de custos e melhoria na qualidade dos serviços [...] A pasta busca uma gestão integrada dos processos de logística que compõem toda a cadeia de abastecimento que envolve estrutura, malha

aérea, transporte terrestre, aéreo e fluvial, **impostos** e armazenamento", disse em nota.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49424>

O vírus oportunista destrói o hospedeiro (2)

ANÁLISE: Carlos Melo, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO INSPER

Eleição também é "caixinha de surpresas".

Mas, o comportamento de grande parte dos parlamentares e, sobretudo, as reações de Rodrigo Maia levam a crer que as disputas na Câmara e no Senado já podem estar resolvidas a favor dos candidatos apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro, sacramentando sua aliança com o Centrão. A vida segue.

O problema está na consistência programática da eventual vitória: nesses meses, nada que demonstrasse superação da crise pôde ser observado. Não se discutiu agenda para a tragédia econômica, política e sanitária. O debate se resumiu ao arrendamento de espaços no Ministério e à farta distribuição de recursos públicos, com vistas a 2022: o fisiologismo velho da chamada velha política, antes abominados pelo bolsonarismo.

A experiência mostra que o fisiologismo é bicho cuja voracidade come o dono. O uso leva ao vício e o vício à prática constante; não há acordo perene. Ele carece de limites e projetos, sem o quê o mais comum é que a cada nova votação irrompam novas demandas e pressão por recursos escassos. Irresponsabilidade ao infinito e além.

O desafio é enorme: conter a pandemia, proteger desassistidos, estancar a crise, retomar o emprego; não transigir com as contas públicas, pacificar o país. Algum auxílio emergencial será inevitável; virão novos **impostos**? Medidas para ontem que exigirão apoio na sociedade e três quintos de votos, nas duas Casas.

Como fazê-lo no padrão de elaboração, liderança e diálogo observados; como fazê-lo na base da razão fisiológica?

Ninguém poderá dizer qual será o futuro.

Previsões armam ciladas e a história adora zombar de profetas. Mas, ao se comparar o tamanho dos desafios à estatura dos virtuais vitoriosos, pode-se, sim, intuir que o futuro permanecerá como o presente: pouca ou nenhuma perspectiva de arrumação; a imanência do caos.

Diante do desespero por blindagem e da inabilidade de Jair Bolsonaro, o fisiologismo esfrega as mãos e

sorri; quererá sempre mais. Ao final, o vírus oportunista destruirá o hospedeiro.

ANÁLISE: Carlos Melo, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO INSPER

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores cobram reformas da nova cúpula do Congresso

GLAUCE CAVALCANTI E BRUNO ROSA

Aprovar reformas administrativa e tributária, marcos regulatórios e medidas que possam acelerar a vacinação contra a Covid-19. Estes são os temas que as empresas querem ver no topo da lista de prioridades dos novos presidentes da Câmara e do Senado, que serão eleitos hoje, segundo dirigentes de entidades setoriais ouvidos pelo GLOBO.

Em comum, eles defendem que o foco do Legislativo deve ser avaliar novos incentivos e benefícios sociais sem comprometer o equilíbrio das contas públicas e ainda reduzir o chamado Custo Brasil para ajudar na retomada dos negócios. Um desafio é tanto para os novos chefes do Congresso. Veja as prioridades citadas: Vacinação A Confederação Nacional do Comércio (CNC) alerta que a retomada da economia depende diretamente da vacinação. Fernando Pimentel, no comando da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), frisa que este é o tema central da economia hoje: -Nada é mais importante do que preservar vidas.

Redesenho do Estado A maioria dos líderes empresariais defende que as reformas administrativa e tributária sejam tocadas em paralelo. José Carlos Martins, presidente da Cbic, da indústria de construção, entende que a administrativa, que altera regras da carreira e da remuneração do funcionalismo público, deve ser a primeira: - É para sabermos o tamanho da conta a pagar.

Para Venilton Tadini, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib), redimensionar a máquina pública é essencial para o governo recuperar sua capacidade de investimento: - No nível de investimento atual, todo esforço de estruturação de projetos vai se perder, engolido pelo custo da máquina. Dado o grau de carência de infraestrutura, é preciso ter recursos públicos e privados.

Para o presidente da Anfavea, que reúne montadoras, o caos tributário é o principal obstáculo para o crescimento e deveria ser atacado logo: -É preciso atacar a complexidade do manicômio tributário, que destrói empresas, empregos e renda. Uma redução da carga de **impostos** também é desejável, pois ela prejudica a competitividade do produto brasileiro no

mercado interno e sobretudo nas exportações.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, concorda:

-Tributação sobre circulação de bens e serviços no Brasil é um dos principais limitadores da competitividade.

Desigualdade social Para o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o Congresso não pode descuidar de políticas para aumentar a renda. A entidade que representa a indústria do Rio entregou uma carta aberta aos candidatos às presidências de Câmara e Senado listando efeitos da ausência de políticas para estimular a produtividade da indústria em 25 anos.

- O problema da lentidão, de não fazer o que tem de ser feito por décadas, é que isso machuca as pessoas, aprofunda a miséria e mata.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PGFN tenta liberar ações e cobrar dívida bilionária de empresas em recuperação

Joice Bacelo - Do Rio

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai tentar, com base na nova Lei de Recuperações e Falências, levantar os mais de R\$ 100 bilhões devidos em **tributos** pelas empresas em recuperação judicial. Na semana passada, poucos dias depois de a norma entrar em vigor, os procuradores apresentaram pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que sejam liberadas todas as ações de execução contra esses contribuintes.

Esses processos estão suspensos em todo o país desde 2018. A 2ª Seção optou por sobrestar as execuções fiscais ao decidir, naquele ano, que julgará, em caráter repetitivo, se o patrimônio das empresas em recuperação judicial pode ser penhorado.

Existem mais de três mil ações paradas na primeira e na segunda instâncias à espera desse julgamento - somente em relação à cobrança de **tributos** federais.

Essa discussão existe porque as dívidas fiscais não são tratadas no processo de recuperação. A cobrança é feita por meio de uma via própria - a ação de execução fiscal - e, nesse processo, a Fazenda Pública pode requerer a penhora de bens e valores do devedor.

Ocorre que em muitas das vezes há interferência do juiz da recuperação judicial. Isso é visto, por exemplo, nos casos em que a construção de determinado bem pode prejudicar o plano de pagamento dos credores particulares - que estão sujeitos à recuperação - ou por esse bem ser considerado essencial para o funcionamento da empresa.

A 2ª Seção do STJ vai decidir, portanto, se as empresas em recuperação judicial que estão em situação irregular com o Fisco (não têm a Certidão Negativa de Débitos) podem ou não ter o patrimônio penhorado. Não há ainda, no entanto, uma data prevista para esse julgamento.

O tema será analisado por meio de três recursos (REsp nº 1.694.316, REsp nº 1.694.261 e REsp nº 1.712.484) - todos sob a relatoria do ministro Mauro Campbell - e a decisão, quando proferida, servirá como orientação para os juizes de todo o país.

Para a PGFN, porém, a situação mudou desde a entrada em vigor da nova lei (nº 14.112). Na petição endereçada ao ministro Campbell, os procuradores citam o parágrafo 7-B do artigo 6º. Esse dispositivo permite o andamento das execuções fiscais durante o processo de recuperação judicial e determina que o juiz da recuperação só poderá liberar bens e valores considerados essenciais ao funcionamento da empresa se indicar outros bens e valores em substituição.

Filipe Aguiar, um dos procuradores que assina a petição, diz que, da forma como a jurisprudência foi construída, ficou praticamente impossível de a União reaver os valores que lhe são devidos.

"Se criou um paraíso fiscal dentro da recuperação judicial", afirma. "Primeiro, os juízes começaram a liberar as empresas de apresentarem a CND e depois passaram a impedir as penhoras. Isso fez com que as empresas não tivessem interesse em se regularizar. Tem empresa em recuperação judicial que não paga um centavo. Isso gera, inclusive, um problema de concorrência no mercado." O procurador espera, com a nova lei, que os devedores procurem à Fazenda Nacional para parcelar as suas dívidas ou tentar uma negociação individual, por meio das chamadas transação tributária - em que são concedidos até 70% de descontos em juros e multas.

A nova lei prevê um parcelamento especial para as empresas em recuperação. Essas companhias podem escolher entre duas modalidades: pagar os seus débitos em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Aquelas que aderirem ao parcelamento ou acordo e não cumprirem com os pagamentos, no entanto, correm o risco de ter a falência decretada.

As empresas em recuperação judicial têm dívida acumulada de R\$ 106,5 bilhões, segundo levantamento realizado no mês de novembro pela PGFN. Desse total, só R\$ 8,9 bilhões estão em situação regular (o contribuinte apresentou garantia à dívida ou aderiu a um parcelamento, por exemplo).

O procurador Marcelo Kosminsky, que assina a petição em conjunto com Filipe Aguiar, informa que o índice de regularidade, "de meros 8,38%", está muito abaixo do que se verifica para as empresas em geral.

O débito total das pessoas jurídicas ativas é de R\$ 1,3 trilhão. Do total, R\$ 429 bilhões estão em situação regular, o que gera um índice médio de 32,2%.

"Esperamos que o sobrestamento das ações acabe e que os juízes apliquem a nova lei, já que foi objeto de discussão entre governo, empresas, advogados e o próprio Judiciário", afirma Kosminsky.

Entre os advogados que atuam para empresas em recuperação, no entanto, a questão da penhora vem sendo compreendida de forma diferente. "Vai ter que se analisar caso a caso. Não poderá o Fisco, que não submete ao processo de recuperação judicial, prejudicar todos os demais credores", diz Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados.

Para Ricardo Siqueira, sócio do escritório RSSA Advogados, tem que se levar em conta, para decidir sobre a penhora, o artigo 186 do Código Tributário Nacional (CTN), que coloca os créditos trabalhistas à frente do Fisco na ordem de preferência para os pagamentos. "Os trabalhadores estão submetidos à recuperação judicial e não podem ter os seus pagamentos comprometidos por causa da execução fiscal. O Fisco, se isso acontecer, acabará tendo uma vantagem ilegal", diz.

O advogado entende ainda que o parágrafo 7-B do artigo 6o da nova lei, que permite ao juiz da recuperação apenas substituir o bem penhorado, só se aplica para penhoras realizadas antes do processo de recuperação judicial.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659

O vírus da desigualdade (2)

LUÍS EDUARDO ASSIS

Lastenia nasceu no interior da Bahia e mudou-se para São Paulo há muitos anos. Sem melhor opção, acabou trabalhando como empregada doméstica. Ela provavelmente não sabe, mas o IPCA fechou 2020 com uma variação de 4,5%, acima da meta de 4%. Não chega a ser uma novidade. Nos 21 anos de vigência do regime de metas, a **inflação** ficou 16 vezes acima do alvo.

Se alguém contar para Lastenia que a **inflação** foi de 4,5% no ano passado ela vai rir (Lastenia ri à toa). Ela tem razão. A Carta de Conjuntura do Ipea de dezembro de 2020 mostra que a **inflação** para pessoas com renda abaixo de R\$ 1.650,50 ficou em 6,22%. Na outra ponta, a **inflação** dos bacanas e bacaninhas que ganham mais de R\$ 16,5 mil se contentou com 2,74%. Pode-se dizer que em 2020 o Banco Central colocou a **inflação** abaixo da meta - para os ricos.

Esta discrepância, a maior da série histórica, tem que ver com o comportamento incomum da taxa de câmbio e do preço das commodities, no contexto de uma recessão sem precedentes.

Em geral, um aumento no preço das commodities traz mais dólares para o Brasil, o que contribui para a valorização da nossa moeda. A correlação entre variação anual do dólar e variação anual do preço das commodities foi negativa em 0,52%, considerando as 252 observações entre janeiro de 2000 e dezembro de 2020. No ano passado, no entanto, tanto as commodities como o dólar se valorizaram, o que significou um aumento, em reais, de 72% dessas mercadorias. Este choque se materializou com muita clareza no aumento no custo dos alimentos.

O custo do item Alimentação no Domicílio no IPCA cresceu nada menos que 18,2% em 2020, a maior elevação desde 2002. Como este item tem maior peso no orçamento das famílias pobres, a **inflação** foi maior para elas. Na outra ponta, a dos ricos, o que segurou a **inflação**? Em grande parte, a **inflação** na alta renda foi puxada para baixo pelos serviços. O item Serviços Pessoais fechou 2020 com uma **inflação** de 1,3% apenas, ao passo que o subitem Empregados Domésticos aumentou 1,7%. Lastenia, desta forma, paga duas vezes. Paga muito mais caro para comer e paga também porque o preço do seu serviço não acompanha a **inflação** média - o que, ironicamente, ajudou a manter baixa a **inflação** dos mais ricos. A

penitência tem duas lâminas, como uma tesoura.

O setor de serviços, que representa 76% do **PIB**, foi o mais severamente afetado pela pandemia. O volume total de serviços, de acordo com o IBGE, era em novembro do ano passado ainda 4,7% menor que em novembro de 2019 - e 13,2% menor que em novembro de 2014. A variação em 12 meses, ante o mesmo período anterior, estava em -7,4%. O volume de serviços prestados às famílias caiu ainda mais: 26,1% entre novembro de 2020 e novembro de 2019, e nada menos que 33,4% na taxa anualizada.

Aqui a recuperação será lenta, na dependência do avanço da vacinação, algo desdenhado pelo governo federal, que combina desdém, inépcia e má-fé em doses letais.

Propõe apenas que a epidemia deva ser ignorada e pretere o debate transparente das ideias em favor de vitupérios chulos.

O desdobramento político deste quadro não é difícil de adivinhar.

Com o deliberado atraso na vacinação, o setor de serviços vai se arrastar por todo o ano. A combinação entre desemprego alto e queda da renda real deve erodir ainda mais a cambaleante popularidade do governo, no rastro de uma elevação de juros que já provoca comichões no Banco Central. Neste contexto, o avanço de reformas no Congresso - que terá o governo como refém - será ainda mais difícil, se não impossível. As Lastenias do Brasil têm uma vida fatigante.

Perdem na ida e na volta. Mas provavelmente não lhes faltará memória nas eleições do próximo ano.

Pode-se dizer que em 2020 o Banco Central colocou a **inflação** abaixo da meta - para os ricos

ECONOMISTA, FOI DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E DA FGV-SP. E-MAIL: LUISEDUARDOASSIS@GMAIL.COM

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Covid faz custo de frete para China disparar



Vinicius Neder / RIO

A desorganização da economia mundial provocada pela covid-19 fez explodir o custo de frete marítimo no comércio com a China. O preço médio para trazer um contêiner de Xangai para a costa leste da América do Sul, cujo principal porto é o de Santos, chegou à terceira semana deste ano quatro vezes e meia acima do registrado no início de 2020 e 18 vezes mais caro do que em meados do ano passado, quando a pandemia quase paralisou o transporte marítimo.

Isso deverá provocar reajustes no preço dos produtos, dizem setores da indústria.

As margens de lucro estão apertadas, sem espaço para novas elevações de custos. Ainda ano passado, o Indicador de Custos Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apontou alta de 8,6% no terceiro trimestre ante o segundo, informou a entidade na última sexta-feira. As matérias-primas, importadas e nacionais, foram citadas como vilãs.

A alta no preço do frete é global, mostra uma série histórica do Índice de Frete Containerizado de Xangai (SCFI, a sigla em inglês), obtida pelo Estadão.

Calculado pela Bolsa de Navegação de Xangai, órgão do governo chinês, o índice é referência no setor de transporte marítimo. Além do trecho entre a China e a América do Sul, o SCFI aponta para fortes altas, desde meados de 2020, no transporte da China com a Europa, a África e os Estados Unidos.

Segundo Claudio Loureiro de Souza, diretor executivo do Centronave, entidade que reúne os principais armadores - como são chamadas as empresas de logística marítima - internacionais que atuam no Brasil,

a **inflação** do frete ocorre num cenário de "tempestade perfeita".

A pandemia desequilibrou os fluxos do comércio internacional.

As restrições ao comércio e ao transporte e a queda na demanda paralisaram navios mundo afora no primeiro semestre.

No segundo, a demanda por bens voltou mais rapidamente do que o esperado, levando a uma corrida pelos serviços de transportes, que provocou falta de contêineres e navios.

Com isso, o preço do frete entre China e Brasil, que estava em US\$ 1.989 por TEU (medida padrão de capacidade, que equivale a um contêiner de 20 pés) na terceira semana de 2020, despencou para US\$ 500 por TEU, em meados do ano passado, conforme o SCFI. A partir de então, os preços voltaram a subir, até que explodiram no quarto trimestre. Na terceira semana deste ano, o preço estava em US\$ 8.907 por TEU.

O SCFI é formado por uma média de preços de frete negociados semana a semana - chamado no mercado de "spot", com contratação na hora. Entre empresas que atuam no comércio exterior, há relatos de contratações saindo na casa de US\$ 10 mil por contêiner, afirma Sílvio Vasco Campos, presidente da Câmara Brasileira de Contêineres (CBC). Grandes companhias que importam muito, geralmente, têm contratos de longo prazo, que não seguem esses preços, mas também enfrentam reajustes.

A **inflação** do frete marítimo atinge, principalmente, a indústria que usa componentes importados.

Os exportadores de matérias-primas passam ao largo do problema, porque produtos como soja e minério de ferro são transportados para a China em navios graneleiros, sem contêineres, explica José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Além disso, mesmo na exportação de manufaturados, muitos contratos de comercialização deixam o custo do frete com o comprador.

Para Souza, do Centronave, a normalização nos preços do frete poderá levar tempo, em função do ritmo da vacinação, pois a pandemia continua afetando a produtividade do transporte.

A eficiência da logística depende de encadeamento. Um navio carregado que sai da China precisa ficar o menor tempo possível no Porto de Santos, onde recolhe outros contêineres cheios de exportações brasileiras.

As trocas de tripulação precisam ser ágeis, mas as barreiras sanitárias têm feito os navios ficarem mais tempo parados.

O quadro já foi pior, mas ainda não voltou ao normal.

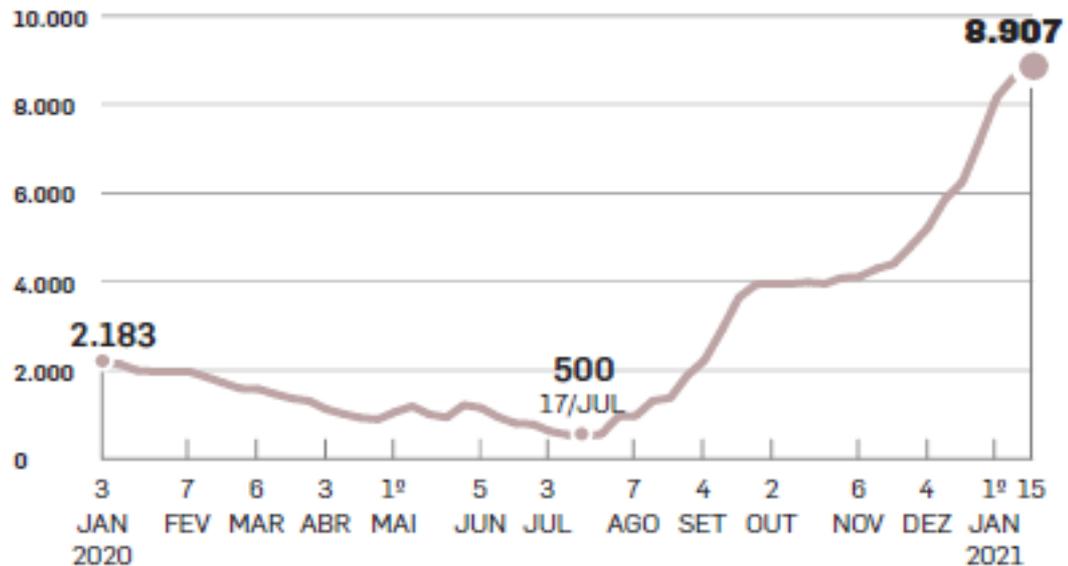
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CUSTO DE TRANSPORTE EM ALTA

● Preços do frete entre China e Brasil disparam

Preço médio do frete por semana

EM DÓLARES/TEU*



* TEU É UMA UNIDADE DE MEDIDA PADRÃO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE MARÍTIMO, QUE EQUIVALE A UM CONTÊINER DE 20 PÉS (GERALMENTE, UM CONTÊINER DE 20 PÉS TEM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 6 METROS POR 2,5 METROS, OU EM TORNO DE 40 METROS CÚBICOS DE VOLUME)

FONTE: SHANGHAI EXPORT CONTAINERIZED FREIGHT INDEX (SCFI), DESAGREGADO PARA A AMÉRICA DO SUL, CALCULADO PELA SHANGHAI SHIPPING EXCHANGE INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Bolsonaro divide, impõe e conquista

AUGUSTO FERNANDES INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro tem tudo para se sair vencedor, hoje, caso consiga fazer seus candidatos nas eleições do Congresso Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM -MG) no Senado -- e redimir-se como cabo eleitoral. Explica-se: no pleito municipal, de novembro passado, todos aqueles que foram apoiados por ele colheram fragorosas derrotas, o que serviu para reequilibrar as forças de centro-direita e direita, até aquele momento atuando apenas reativamente à agenda de extrema direita que o presidente e seus apoiadores vinham tentando impor. Com a reorganização no campo conservador e liberal, Bolsonaro percebeu que a correlação de forças mudara e que era preciso trazê-las para perto. E não poupou esforços para tal.

O resultado disso pode vir logo mais, com Lira e Pacheco possivelmente vencedores. Afinal, o presidente conseguiu convencer até que rivais convergissem na mesma direção, sobretudo na disputa pelo comando da Câmara. Com reuniões no Palácio da Alvorada e no Palácio do Planalto, ou por meio de muita saliva gasta em ligações telefônicas, Bolsonaro aparentemente virou o jogo a favor do cacique do Centrão.

No fim de 2020, o principal concorrente de Lira na disputa, Baleia Rossi (MDB-SP), comemorava o apoio formal de 11 siglas (DEM, MDB, PSDB, PSL, Cidadania, PV, PT, PSB, PDT, Rede e PCdoB). Agora, contudo, diante do jogo pesado de Bolsonaro e seu fiel ponta de lança na articulação política -- além de companheiro de passeios de motocicleta --, o general Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, as legendas estão rachadas. Por mais que o ainda presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), esperneie e se esforce para aglutinar seu partido em torno de Baleia, é certo que nem todos os 29 deputados do DEM votarão no emedebista.

Votos declarados

Lira conta com os votos abertos, por exemplo, dos baianos Elmar Nascimento, Arthur Maia, Paulo Azi (que é vice-líder do governo na Câmara), Igor Kannário e Leur Lomanto Junior. "A gente olha daqui para frente, no que é melhor para o país neste instante, que é uma Câmara que seja independente - e quem conhece a história de vida do Arthur sabe que ele é independente, a despeito do que estejam falando -, mas que tenha harmonia com os outros poderes. É

um momento que precisa de muita união para o país", frisou Nascimento.

Bolsonaro, porém, não quis correr o risco da soberba, do já ganhou. Para serem seus olhos, ouvidos e, sobretudo, bocas, hoje, nos bastidores da Câmara, exonerou temporariamente os ministros Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), deputados eleitos pelo DEM, para participar da eleição. Ambos são veteranos na Casa, conhecem os meandros, o tom de voz que se usa nas negociações e até onde se pode ir.

Mas a ação palaciana não foi percebida somente no racha no DEM. O PSL também foi alvo da ação do presidente, ao conseguir que desembarcasse da candidatura de Baleia. Um dos principais redutos bolsonaristas no Congresso, o partido do qual Bolsonaro fez parte até 2019, anunciou o apoio oficial a Lira há pouco mais de uma semana, e já aposta que pelo menos 50 dos 52 deputados da legenda estarão do lado do candidato do governo.

"O PSL está consolidado e isso vai ser muito bom para o país, e para reformas que ficaram paradas na presidência atual, que muito prejudicou o país", afirmou o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo na Casa.

Emendas

A campanha de Bolsonaro por Lira e pelo senador Rodrigo Pacheco não passou apenas pela boca do caixa -- segundo reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, liberou R\$ 3 bilhões para 250 deputados e 35 senadores usarem em emendas para obras nos seus estados. O presidente também retaliou parlamentares apoiadores de Baleia e Simone Tebet (MDB-MS) que mantém afilhados em cargos na administração federal. Dos casos mais que exemplificam essa ação são os dos deputados, como Fabio Reis (MDB-SE) e Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ): pessoas indicadas por eles para postos no Executivo foram exoneradas nas últimas semanas depois de os dois anunciarem que votariam em Baleia. Isso que dizer ainda que, depois das fraturas no DEM e no PSL, o MDB (que tem 33 deputados) e o PSDB (com 31) também estão sendo trabalhados para, hoje, se dividirem. E entregarem parte dos votos a Lira, ou melhor, a Bolsonaro.

-

Possibilidade de interferir na pauta do Legislativo

Caso consiga sagrar-se indiretamente vencedor ao conseguir eleger Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) comandantes da Câmara e do Senado, respectivamente, Jair Bolsonaro pode frear os ímpetos para a deflagração de um processo de impeachment - ontem, houve várias manifestações pedindo a saída do presidente, algumas, como a de Brasília, com performances remetendo às mortes por asfria em Manaus.

Além disso, Bolsonaro terá o caminho aberto para tentar destravar as reformas administrativa e tributária e, sobretudo, dar andamento às pautas de costumes, que acalenta com carinho para manter sua base mais fiel unida. Com o obstáculo representado por Rodrigo Maia fora do caminho, crescerá a pressão para que temas como o voto impresso, o excludente de ilicitude, a mineração em terras indígenas e a flexibilização à posse e ao porte de armas de fogo sejam discutidos com a importância que os bolsonaristas desejam.

Mas também está na lista de prioridades do Palácio do Planalto realizar mudanças em programas sociais já existentes, como o Bolsa Família, uma vez que o governo não conseguiu tirar do papel o Renda Brasil e não teve forças para estender o pagamento do auxílio emergencial, que encerrou-se em 30 de dezembro. Apesar de afirmar que o benefício que foi pago, no ano passado, por causa da pandemia do novo coronavírus não voltará, Bolsonaro sabe que será pressionado pelo Congresso a adotar algo semelhante como forma de debelar o desemprego e a perda de renda previstas para o brasileiro neste ano. Afinal, apesar de ser ruim para as contas públicas, é ótimo para a popularidade do presidente e dos parlamentares.

"Temas de interesse de Bolsonaro poderão ter maiores possibilidades de serem debatidos e aprovados caso Lira vença. Na hipótese de vitória dos aliados do governo federal, as reformas serão, em tese, agilizadas, o que garantiria um alicerce para a retomada do desenvolvimento econômico", observou Vera Chemim, constitucionalista e mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Zona de conforto Já na avaliação do cientista político da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rodrigo Prando, o elemento fundamental da disputa é a alavancagem das pautas ideológicas. "É muito mais trazer à tona a pauta dos costumes do que a discussão de um consenso em torno das reformas que o país necessita. Para ele, é mais importante porque mantém sua base fiel coesa e ativa. É a zona de conforto, que dá a ele os 30% de apoio que tem até o momento", observou.

Caso o Planalto saia vitorioso em suas apostas, Bolsonaro terá como tarefa urgente a reacomodação da sua base -- apesar de, no último sábado, ter afirmado que não fará **reforma ministerial** ou recriação de ministérios. Prando, porém, alerta para os novos aliados do presidente. "Precisa tomar cuidado com o Centrão, que não costuma ser confiável. Se a temperatura do impeachment subir e a aprovação do governo cair, o grupo pula fora, assim como já fez com Dilma Rousseff, em 2016. Apenas nomeações não garantem lealdade. Não há, entre Bolsonaro e o Centrão, uma afinidade pautada num projeto para o país", apontou. (AF e IS)

Bolsonaro tenta limitar alcance de reforma ministerial e preservar Economia e MDR



Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Fabio Graner De Brasília

O Palácio do Planalto dá como certa a abertura do governo a indicações políticas do Centrão, inclusive para o primeiro escalão, na esteira dos acordos para viabilizar a vitória de Arthur Lira (PP-AL) para presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no comando do Senado. No final de semana, o presidente Jair Bolsonaro admitiu que o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), voltará a despachar ao lado da presidência, assumindo a Secretaria-geral. A pasta dele, uma das mais cobiçadas por coordenar programas sociais, deverá ser assumida por um indicado do Republicanos.

Na contramão dos discursos que adotou ao ser eleito, Bolsonaro chegou a dizer na última sexta-feira que recriaria até três ministérios para "destravar" a pauta do Congresso. No dia seguinte, porém, voltou atrás. "Não tem recriação de ministérios, eu elogiei os três secretários que fazem um brilhante trabalho", justificou, fazendo menção aos titulares da Pesca, Cultura e Esporte. "Não está previsto [criar ministério], não é fácil".

O presidente argumentou que, hoje, só haveria uma vaga aberta, da Secretaria-geral: "O Onyx volta. Eu chamo o Onyx de coringa, está pronto para ir para qualquer ministério". Com problemas de relacionamento na Esplanada, ele já esteve perto de ser demitido em diversas oportunidades, mas é um

dos poucos nomes de confiança do presidente e ganhou força nos últimos dias por contribuir nas articulações sobre o comando do Congresso. O presidente, segundo auxiliares, também teria percebido que não teve o efeito esperado manter apenas militares despachando no Planalto.

No mapa desenhado até agora, segundo apurou o Valor, a negociação mais avançada é para que o Republicanos assuma o Cidadania, pasta responsável pelo Bolsa Família e que no ano passado teve o Auxílio Emergencial. Os mais cotados para o cargo são os deputados João Roma (BA), Jhonatan de Jesus (RR) e Márcio Marinho (BA). O primeiro tem a vantagem de ter vasta experiência no Executivo, enquanto os outros dois despontam pela carreira política e por estarem no Republicanos há muitos anos.

O partido ainda almeja espaço na área econômica. Segundo fontes do Congresso, porém, não seria o "momento adequado" para enfrentar o ministro da Economia, Paulo Guedes. Mas o Centrão não descarta este movimento a "longo prazo" e deverá pressionar pela substituição do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa.

Na Economia, fontes afirmam que até o momento não há qualquer sinalização de mudanças por parte de Bolsonaro, nem de uma suposta cisão dela. No passado, já houve tentativas de parlamentares do Centrão para repartir o ministério, mas em todas elas Guedes acabou sendo respaldado ao se mostrar contra a ideia.

Uma das propostas que já chegou a ser ventilada seria criar um ministério da Produção, que repetiria o papel do antigo ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que hoje é a secretaria de Carlos da Costa. A Economia é contra, alegando que isso seria retomar antigo quichê de lobbies empresariais.

A ideia de desmilitarização do Planalto inclui ainda a possibilidade de a ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), ir para a Secretaria de Governo, pasta responsável pela articulação com o Congresso e que tem como titular Luiz Eduardo Ramos. Mesmo que tenha acumulado vitórias nas últimas negociações, o

general sofre desgaste interno. A substituição garantiria espaço para outro integrante da bancada ruralista na Agricultura, reaproximando o presidente do grupo de parlamentares que, em parte, declarou apoio a Baleia Rossi (MDB-SP) na disputa à Câmara.

Outra pasta disputada é o Ministério do Desenvolvimento Regional, que reúne, entre outras, as políticas de saneamento, habitação e os fundos regionais. Pelo potencial de recursos e de emendas parlamentares, a cadeira ocupada por Rogério Marinho (PSDB-RN) é a favorita do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que cobra espaço no governo. Líderes de outras siglas, com apetite pelo espaço, também sugeriram fatiar o ministério. Nas Bolsonaro ainda resiste em mexer nesta área.

Embora o Planalto esteja comprometido em garantir espaço aos aliados, a distribuição de cargos ainda depende da definição das mesas diretoras do Congresso. As pastas da Saúde e de Relações Exteriores também são cobiçadas.

Ao mesmo tempo em que aposta em vitória com folga de Lira, Bolsonaro já tem em mãos plano alternativo de **reforma ministerial**, caso Baleia seja eleito. Nesse cenário, MDB, PSDB e DEM entrariam no mapa de contemplados com vagas na Esplanada. A avaliação de auxiliares de Bolsonaro, porém, é que a chance de vitória de Baleia "está próxima do zero" e Lira será eleito para comandar a Câmara "com boa margem". O mesmo ocorre no Senado, onde o Executivo considera Pacheco já eleito.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186659?page=1§ion=1